

CARLA RODRIGUES DOS SANTOS

**UM NOVO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E CHINA**

PROF. DR. SEBASTIÃO NETO RIBEIRO GUEDES

PROF^a. DR^a. DORA ISABEL PAIVA DA COSTA



ARARAQUARA – SP

2011

CARLA RODRIGUES DOS SANTOS

UM NOVO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E CHINA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Ciências
Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp /Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Sebastião Neto Ribeiro Guedes

ARARAQUARA - SP

2011

Santos, Carla Rodrigues dos Santos

Um novo conceito de desenvolvimento econômico: um estudo
comparativo entre Brasil e China / Carla Rodrigues dos Santos – 2011
71 f. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências
Econômicas) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências
e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Sebastião Neto Ribeiro Guedes

1. Economia - Brasil. 2. Economia - China. 2. Desenvolvimento
econômico. I. Título.

CARLA RODRIGUES DOS SANTOS

**UM NOVO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Ciências
Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp /Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Sebastião Neto Ribeiro Guedes

Data da defesa/entrega: 09/06/2011

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes

Universidade Estadual Paulista

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Dora Isabel Paiva da Costa

Universidade Estadual Paulista

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus pais e as minhas irmãs, que apesar de todas as adversidades sempre acreditaram
que eu seria capaz de atingir meus objetivos.

RESUMO

Este trabalho analisa o quão próximo o Brasil e a China estão próximos dos objetivos traçados pelo novo conceito de desenvolvimento econômico adotado atualmente pelas principais instituições internacionais. Apresenta um breve histórico da trajetória econômica e social de ambos os países, com ênfase nos avanços que ocorreram recentemente nestes.

O estudo conclui que, embora tenham adotado caminhos distintos, os dois países caminham para um desenvolvimento econômico sustentável.

Palavras-Chave: Desenvolvimento econômico, Brasil, China.

ABSTRACT

This study examines how close Brazil and China are close to the goals set by the new concept of economic development now adopted by major international institutions. Presents a brief history of economic and social trajectory of both countries, with emphasis on advances that have recently occurred in these countries.

The study concludes that, although they adopted different ways, both countries moving towards a sustainable economic development.

Keywords: Economic development, Brazil, China.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Incidência de pobreza na região rural da China, 1978-2007	25
Gráfico 2	Distribuição do consumo urbano e rural entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres	26
Gráfico 3	Taxa de mortalidade na infância na área urbana e rural, 2000-2005 (a cada 1 mil nascimentos)	27
Gráfico 4	Taxa de mortalidade maternal nas áreas urbanas e rurais, 2000-2005 (a cada 100 mil nascimentos)	28
Gráfico 5	Número de leitos hospitalares e pessoal médico na área rural e urbana a cada 1 mil pessoas	29
Gráfico 6	Fontes de água limpa por região (2003)	29
Gráfico 7	Percentual de pessoas que vivem com menos de U\$ 1 (dólar) por dia, 1990-2005	30
Gráfico 8	Taxa de mortalidade na infância, 2000-2007 (a cada 1 mil nascimentos)	31
Gráfico 9	Taxa de mortalidade maternal, 2000-2007 (a cada 100 mil nascimentos)	31
Gráfico 10	Média expectativa de vida na China, 2000-2005	32
Gráfico 11	Divisão percentual dos gastos com saúde	34
Gráfico 12	Percentual de financiamento da educação em 2002	34
Gráfico 13	Percentual de adulto alfabetizados, 1996-2006	35

Gráfico 14	Média de anos de estudo de pessoas com 15 e mais, 1982-2005	35
Gráfico 15	Percentual de adultos alfabetizados por gênero, 1996-2006	37
Gráfico 16	Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na China, 1980-2010	37
Gráfico 17	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes com acesso a instalações de esgoto	49
Gráfico 18	Razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres	51
Gráfico 19	Pobreza: número de pessoas extremamente pobres	53
Gráfico 20	Pobreza: número de pessoas pobres	53
Gráfico 21	Analfabetos: pessoas de 15 a 24 anos	55
Gráfico 22	Média de anos de estudo – pessoas 25 anos e mais	57
Gráfico 23	Taxa de mortalidade infantil (a cada 1 mil nascidos)	58
Gráfico 24	Taxa de mortalidade na infância (a cada 1 mil nascidos)	59
Gráfico 25	Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil, 2000-2010	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Média da expectativa de vida na China, 1949-2000	32
Tabela 2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China, 2010	38
Tabela 3 Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar – Brasil – 2006	46
Tabela 4 Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna.	48
Tabela 5 Rendimento-hora da população ocupada, por sexo, cor e número de anos de estudo - Brasil 2002	55
Tabela 6 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, 2010	60

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Discurso do novo conceito de desenvolvimento econômico	14
2. China	21
3. O desenvolvimento recente do Brasil: reversão de tendências passadas?	41
4. Brasil e China: uma comparação de trajetórias	63
5. Conclusão	70
Referências	72

Introdução

O presente trabalho pretende realizar um estudo comparativo entre as trajetórias de desenvolvimento recente do Brasil e da China, tendo como referencia o novo conceito de desenvolvimento econômico atualmente adotado por organizações internacionais como o FMI, Banco Mundial e Nações Unidas. Este novo conceito teve seu marco inicial quando foi publicado o livro “Desenvolvimento como liberdade” pelo Nobel de economia Amartya Sen. Entretanto, a razão do surgimento deste novo conceito, vai além da publicação de um livro. A estrutura desta nova forma de discutir o desenvolvimento econômico das nações tem sua origem em questões econômicas e sociais que sempre estiveram presentes no mundo em que vivemos.

A fim de analisar o quão próximo os países estão do Desenvolvimento como Liberdade, faz-se um estudo comparativo entre a China e o Brasil, países estes que são em muitos aspectos semelhantes, tais como suas dimensões territoriais continentais, um passado comum colonial etc. Mas que também são diferentes, inclusive na forma particular que cada um deles adotou a fim de alcançar um único objetivo: o desenvolvimento econômico. Assim é possível analisar quão avançados tais países estão para o novo conceito de desenvolvimento econômico, além de comparar os distintos caminhos que esses dois países optaram.

Para isto, dividi-se o presente estudo em quatro capítulos. O primeiro deles apresenta este novo conceito de desenvolvimento econômico, apresentando as principais ideias que foram introduzidas por este. O segundo capítulo esboça a trajetória seguida pela China em seu caminho para o desenvolvimento. Já o terceiro capítulo apresenta o caminho seguido pelo Brasil. No último e quarto capítulo são feitas as observações finais sobre ambos os países, baseando-se na discussão teórica discutida no capítulo 1.

1. Discurso do novo conceito de desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico sempre foi abordado, desde a obra seminal de Adam Smith, da perspectiva exclusiva da expansão das “forças produtivas”, cujo eixo fundamental assentava-se no trinômio divisão do trabalho, especialização e produtividade. A síntese dessa visão era oferecida pela noção de PIB per capita, que oferecia um indicador geral do quanto a produtividade social disponibilizava potencialmente de renda/produto a cada indivíduo.

Na década de 1990, contudo, havia se consolidado uma visão distinta e um novo conceito para o desenvolvimento econômico que recusava reduzir o desenvolvimento ao crescimento e maximização do PIB per capita. Aquela ideia de que o crescimento de indicadores tradicionais refletia o desenvolvimento econômico não servia mais de alicerce para fundamentar o desenvolvimento de um país.

Segundo Furtado (2000) o desenvolvimento como crescimento econômico passou a ser questionado depois da Segunda Guerra Mundial:

(...) a reflexão sobre o desenvolvimento, no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, teve como causa principal a tomada de consciência do atraso econômico em que vive a grande maioria da humanidade. Indicadores mais específicos, tais como mortalidade infantil, incidência de enfermidades contagiosas, grau de alfabetização e outros logo foram lembrados, o que contribuiu para amalgamar as idéias de desenvolvimento, bem-estar social, modernização, enfim tudo que sugeria acesso às formas de vidas criadas pela civilização industrial (...) (Furtado, 2000, p. 25)

Aos poucos, ainda segundo Furtado (2000), as primeiras ideias sobre desenvolvimento econômico que definiam este como um mero aumento do fluxo de bens e serviços, foram progressivamente substituídas por ideias que faziam referência as transformações do conjunto de uma sociedade, ligando este fluxo de bens e serviços à satisfação das necessidades humanas.

O próprio Furtado (1974) teve papel importante nesse processo de mudança de concepção, pois ele foi um dos analistas pioneiros em chamar a atenção para os limites do padrão tradicional de desenvolvimento, dada a elevada demanda desse padrão por recursos naturais não renováveis. Foi ele também que colocou as primeiras dúvidas sobre as

possibilidades de generalização desse padrão de desenvolvimento aos demais países do mundo.

Veiga (2005) explica que essa discussão teórica sobre como definir o desenvolvimento surgiu após a década de 1960, quando ocorreram evidências de que o intenso crescimento econômico - que aconteceu na década de 50 em diversos países (entre eles o Brasil) - não estava necessariamente ligado ao desenvolvimento social desses países, já que este intenso crescimento não aumentou o acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos.

Para Sachs (2004) a nova forma de definir o desenvolvimento torna o crescimento econômico uma condição necessária, porém, de forma alguma suficiente. Além do mais, “(...) o crescimento econômico, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades”. (SACHS, 2004, p.14)

Sen (1999) analisa este novo conceito de desenvolvimento econômico, utilizando para isto as diferentes formas de liberdades que devem existir em uma sociedade que tem como objetivo o desenvolvimento econômico:

(...) o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou inferência excessiva de Estados repressivos (...)
(Sen, 1999, p. 18)

Sen (1999) considera em seu estudo cinco tipos de liberdades elementares: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. E acredita que essas liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais para alcançar este.

Assim, para Sen (1999):

(...) a ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva – por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por

condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (...) (Sen, 1999, p.19)

Por muito tempo acreditou-se que esses direitos e liberdades, assim como as condições que proporcionam o bem-estar social, não eram necessárias e nem mesmo compatíveis com a política de desenvolvimento econômico. Além disso, ignorou-se por um longo período de tempo que as liberdades e direitos defendidos por autores como Sen, contribuem de forma eficaz para o progresso econômico.

Estes tipos de “benefícios” poderiam ser concedidos após o crescimento econômico e seria uma consequência deste. Porém, conforme demonstrado nos parágrafos anteriores, a concepção de que o crescimento dos índices de produtividade traduzia-se em melhoria social era testada constantemente com o passar dos anos. Furtado (2000) opõem-se a esta concepção quando observa que houve uma degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência do progresso dos processos produtivos.

Desta forma, tem-se um novo conceito para o desenvolvimento econômico que reconhece o papel do mercado sim, mas além de tudo concede a devida atenção para as liberdades sociais e políticas.

Assim, aquelas instituições antes consideradas por muitos teóricos como secundárias, são agora vistas como primordiais e podem ser utilizadas como instrumentos (meios) para alcançar um desenvolvimento adequado – em outras palavras, um desenvolvimento sócio-econômico.

Agregaram-se novos valores à teoria desenvolvimentista, conforme observa Sachs (2004):

(...) igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidos no conceito de desenvolvimento, como consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor (...) (Sachs, 2004, p.14)

Antes de adotar os diferentes tipos de liberdades como meios para o desenvolvimento, é preciso entender porque e de que maneira ocorrem as privações destas liberdades. Somente assim, é possível compreender a eficácia de tais liberdades para o progresso econômico.

A interpretação da pobreza, por exemplo, não se limita a um nível de renda baixo. Ela significa, conforme explica Sen (1999) uma privação de capacidades básicas, já que além da fome e da subnutrição, um baixo nível de renda pode ser a razão fundamental do analfabetismo e das más condições de saúde de uma sociedade. Ao mesmo tempo, se fosse fornecida uma melhor educação e saúde para esta mesma sociedade, esta poderia ser capaz de auferir rendas mais elevadas.

Esta relação que existe entre as duas perspectivas para a pobreza - a pobreza de capacidade e a pobreza de renda – é importante para eliminar esta forma de privação, conforme analisa Sen (1999):

(...) não ocorre apenas que, digamos, melhor educação básica e serviços de saúde elevem diretamente a qualidade de vida; esses dois fatores também aumentam o potencial de a pessoa auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria (...) (Sen, 1999, p.113)

Nóbrega (2005) apresenta de forma clara como a educação pode ter um papel fundamental em países que buscam o desenvolvimento:

(...) a educação é fundamental para gerar mão-de-obra qualificada, incluindo sua capacidade de iniciativa, adaptabilidade e atitudes. É daí que se criam as condições para a elevação da produtividade, sem a qual o processo de desenvolvimento não é sustentável. Por isso, o conceito da economia clássica de que o trabalho era um dos fatores do crescimento foi substituído pela noção de capital humano (...) (Nóbrega, 2005, p. 86)

Sachs vai além e argumenta que a educação é capaz de proporcionar ao indivíduo a conscientização, a compreensão dos seus direitos humanos e o sentido de autonomia, evidenciando, desta forma, o papel que a educação pode exercer em uma democracia, já que serve como um instrumento para compreensão de políticas e permite que o indivíduo discirna sobre suas reais necessidades ao tomar decisões políticas.

Garantir melhores serviços de saúde a uma sociedade também é essencial, uma vez que este tipo de serviço, além de diminuir os preocupantes indicadores que refletem a mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida, é capaz de proporcionar uma melhor

qualidade de vida para toda uma população que terá uma vida mais saudável o que conseqüentemente possibilita uma melhor participação econômica de cada indivíduo.

Em relação à adoção por um país de um programa adequado de serviços sociais e os benefícios - tanto sociais como econômicos - que estes geram, Sen (1999) observou o seguinte:

(...) o fato de a educação e os serviços de saúde também serem produtivos para o aumento do crescimento econômico corrobora o argumento em favor de dar-se mais ênfase a essas disposições sociais nas economias pobres, sem ter que esperar “ficar rico” primeiro (...) (Sen, 1999, p.66)

Fica claro, desta forma, que é possível ter uma política de desenvolvimento que prioriza a provisão de serviços sociais mesmo em países pobres. Perspectiva esta que diverge daquela que alegava que apenas países ricos poderiam investir em políticas sociais.

Além desses possíveis investimentos sociais, existem também os investimentos econômicos. O argumento que Sen faz a favor do mercado está relacionado sucintamente com as facilidades econômicas que devem existir em uma sociedade como um todo. Sendo que, a negação de oportunidades de transação, pode ser uma fonte de privação de liberdade, pois quando há este tipo de negação, o indivíduo fica impedido de fazer o que quiser economicamente. Em outras palavras, Sen vê como um tipo de privação da liberdade econômica, negar ao indivíduo as facilidades e oportunidades que o mercado proporciona.

O autor exemplifica a importância deste tipo de liberdade na esfera do trabalho, uma vez que, o desenvolvimento – quando e onde ocorreu – eliminou o trabalho escravo. Ou seja, as pessoas são livres para decidir onde trabalhar. Existem também outros tipos de liberdades que não estariam presentes caso as decisões relativas à produção fossem definidas por um ditador, entre elas a liberdade de produzir, consumir e vender o que quiser.

Assim como Sen, Sachs (2004) também considera importante a liberdade econômica, argumentando que o pilar econômico é importante para a obtenção de um desenvolvimento sustentável, “(...) sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam” (SACHS, 2004, p.15).

A importância da democracia está no fato de que quando existem liberdades políticas o indivíduo pode exigir a ação do governo para que resolva suas principais necessidades econômicas e sociais. Em uma nação onde se exerce efetivamente a democracia é possível

traçar objetivos e encarar como prioridades o que de fato importa. O poder esta nas mãos da população e esta pode expressar publicamente suas escolhas o que por sua vez pode fazer com que a própria democracia funcione melhor.

Ademais, Sen (1999) afirma que:

(...) a resposta do governo ao sofrimento intenso do povo frequentemente depende da pressão exercida sobre esse governo, e é nisso que o exercício dos direitos políticos (votar, criticar, protestar, etc.) pode realmente fazer diferença. Essa é uma parte do papel “instrumental” da democracia e das liberdades políticas (...) (Sen, 1999, p. 178)

Esta “pressão exercida sobre esse governo” é de grande valia, tendo em vista que funciona como um incentivo para que os governantes parem para ouvir e considerar as críticas e as necessidades do povo. Assim, segundo Sen, quando há liberdades políticas e direitos civis é mais provável que haja uma resposta política as necessidades econômicas, característica que faz com que a democracia exerça um papel construtivo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico.

Assim,

(...) nesse sistema político, o governo é previsível, não tem poderes para mudar as regras do jogo a seu talante e não conta com recursos políticos para impor sua vontade aos governados (mesmo quando isso se destina supostamente a beneficiar as maiorias). Na democracia, o Estado de Direito funciona, os investidores se sentem seguros em relação aos seus direitos de propriedade, os contratos são cumpridos e os cidadãos dispõem de liberdades civis e representação política. Esses fatores contribuem para a construção do ambiente favorável ao investimento, aos ganhos de produtividades e, enfim, ao desenvolvimento (...) (Nóbrega, 2005, p. 106)

Embora seja claro que a democracia é um instrumento que contribui positivamente para o desenvolvimento, existem correntes que se opõem as democracias e as liberdades civis. Uma delas é a Tese de Lee que utiliza evidências empíricas rudimentares para defender sistemas políticos autoritários que negam direitos civis e políticos básicos e justificam esta forma de privação de liberdades alegando que sistemas deste tipo promovem o desenvolvimento econômico.

De fato existem regimes autoritários que possuem elevado nível de crescimento econômico, porém conforme adverte Sen, existem poucas evidências gerais que provem que este tipo de governo seja realmente benéfico. Ademais, segundo Nóbrega, à medida que um país se desenvolve mais complexa será sua estrutura social, o que conseqüentemente torna regimes como estes insustentáveis.

Em suma, são essas as principais instituições que influenciam e caracterizam o desenvolvimento de um país. O que antes era visto como “luxos” de nações ricas agora são enquadrados como instrumentos para alcançar a riqueza tão almejada por diversos países.

A razão para se tornar rico vai além da acumulação de bens materiais, para Sen (1999) “(...) a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter (...) sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele”. (SEN, 1999, p.28)

Foi assim que a necessidade de refletir “o que é o desenvolvimento?” surgiu após anos de progresso econômico. Este último, embora tenha permitido um grande avanço da humanidade em vários sentidos, não foi suficiente para eliminar formas de privações que tornam o homem um ser destituído de liberdades fundamentais e de potencialidades.

2. China

Segundo He (2003) o crescimento explosivo que atualmente ocorre na China é contrário as modalidades de análise amplamente aceitas:

(...) propriedade privada, democracia política e o domínio da lei, que são propostas pelos economistas neoclássicos como necessidades do desenvolvimento econômico, estiveram ausentes, pelo menos dos primeiros estágios da reforma chinesa. A China é como um estudante que nunca faz a lição de casa, mas sempre supera seus colegas nos exames (...) trata-se de um novo tipo de sistema econômico que difere tanto do socialismo quanto da economia de mercado (...) (He, 2003, p.34)

A reforma mencionada por He diz respeito à reforma orientada para o mercado e uma política de abertura iniciada em 1978 por Deng Xiaoping. Conforme texto publicado pelo IPEA (2008):

(...) o processo de desenvolvimento industrial tem início em 1978, mas especificamente na Terceira Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês. Nessa ocasião, iniciou-se o processo de liberalização e abertura da economia chinesa, conhecido como Gei Ge Kaifeng. Essa abertura começa pela liberalização do comércio exterior, não apenas por meio da redução das tarifas como da permissão a um maior número de empresas (até então apenas 14) para realizar diretamente operações de comércio exterior (...) (Ipea, 2008, p. 15)

Na análise de He (2003):

(...) num curto período de tempo, a China experimentou simultaneamente três transformações históricas. Primeiro, o país passou pela transição de uma economia planificada para uma economia de mercado. Em segundo lugar, o país passou de uma economia agrícola tradicional para uma economia industrializada. E, em terceiro, o país mudou de uma autarquia para um ator importante na arena da economia e da política mundial (...) (He, 2003, p. 34)

Wang (2008) entende que houve quatro fases distintas. A primeira delas ocorre em 1979-1984, quando surgem esporádicos mercados de consumo de bens e havia ainda a interferência governamental; a segunda aconteceu no período 1985-1992, ocasião em que emergiu um conjunto de sistemas de mercado que inter-relacionava o mercado de

commodities, o de trabalho, o de capitais, o de moeda estrangeira e o de terras. É possível observar a partir desta segunda fase que os princípios do mercado como a lei da oferta e da procura e competição já influenciam a economia chinesa, com exceção das áreas não-econômicas. Já em 1993-1999, correspondente à terceira fase, a sociedade de mercado torna-se um fator dominante, e as arenas não-econômicas já são influenciadas pelos princípios de mercado. Enfim, os anos que sucedem 1999 tratam-se da quarta fase da reforma chinesa.

Ainda segundo Wang, estas mudanças arruinaram os fundamentos da economia moral. Uma vez que, a relação financeira que existia pré-reforma entre os governos de diferentes níveis mudou de “*todo mundo comendo do mesmo panelão para comendo em cozinhas separadas.*” (Wang, 2008, p. 428). Outra relação modificada foi a entre as finanças governamentais e as empresas estatais, o “*suave confinamento ao orçamento*” tornou-se um “*orçamento fortemente controlado*”

Este fundamento moral defendido por Wang tem suas raízes na era Mao (1949-1976). Nesta fase embora o objetivo chinês fosse o crescimento econômico, a eficiência e o desenvolvimento econômico eram preocupações secundárias. Wang (2008) explica como funcionavam estes fundamentos morais:

(...) sob a economia planificada, dois mecanismos – *suave confinamento ao orçamento e panela de ferro* – ajudavam a incluir as relações econômicas entre as relações sociais e políticas. *Suave confinamento ao orçamento* significa que atividades de organização econômica (seja uma empresa ou governo de esfera inferior) não estão circunscritas por seus próprios recursos. Quando os recursos são inferiores aos custos, ocasionando déficit, a empresa ou o governo de esfera inferior podem contar com a ajuda de uma organização de fora (por exemplo, um governo de esfera superior) (...) *Panela de ferro* significa emprego garantido para toda a vida. Não importando se a tarefa foi cumprida ou não, não haverá desemprego. (...) (Wang, 2008, p.425)

Após a reforma e abertura chinesa, tem-se o que Wang denomina “*princípio da sobrevivência dos mais hábeis*”:

(...) nas áreas rurais, aos camponeses era outorgada a liberdade de produção. Com a desintegração do sistema de comunas e a introdução de responsabilidade geral, os aldeões não mais eram responsáveis pelos

indivíduos. Nas cidades, a reforma do sistema de emprego destruiu a *panela de ferro* dos trabalhadores urbanos. Em vista de as comunidades rurais e as unidades urbanas terem sido destituídas das funções sociais, transformando-se em meras instituições econômicas, os agricultores e os trabalhadores foram forçados a sobreviver com reduzido direito a assistência e segurança (social). Consequentemente, o bem-estar dos indivíduos veio a depender quase inteiramente do fator dinheiro (...) (Wang, 2008, 428)

Autores como He (2003) argumentam que embora a economia planificada fosse em alguns aspectos mais focada em questões políticas e sociais, ela não era sustentável, pois “o governo encontrou cada vez mais dificuldades para manter a taxa de crescimento alta e cumprir sua meta de pleno emprego” (He, 2003, p.35).

Ocorria uma pressão fiscal, sendo que para sustentar a taxa de crescimento econômico proporcionado pelo primeiro Plano Quinquenal, o governo tinha que injetar cada vez mais dinheiro no setor estatal. Aos poucos, a pressão fiscal diminuiu a taxa de crescimento chinês, assim como o padrão de vida do povo, tornando a reforma econômica mais do que necessária, pois:

(...) a fim de manter sua legitimidade, os líderes políticos precisam manter um alto crescimento econômico, bem como atingir a meta do pleno emprego. Nas vésperas da reforma econômica, estas duas metas tornaram-se cada vez mais difíceis e até impossíveis. Sem a reforma, uma crise fiscal, assim como uma crise de legitimidade eram inevitáveis (...) (He, 2003, p. 44)

Selden (2008) é um dos autores que observou as importantes mudanças que ocorreram na estrutura agrária chinesa antes da reforma e abertura econômica. Ele explica que na era pré-reforma, mas precisamente nos anos de 1946-53 houve a reforma agrária, esta ocorreu através do confisco e de uma redistribuição da terra que satisfez em parte “os sem-terra e os pobres em termos de terra e derrubaram a elite rural, ao mesmo tempo em que estabelecia um modo de luta de classes” (SELDEN, 2008, p. 139).

Conforme Selden (2008), assim ocorreu a coletivização da terra. Esta por sua vez eliminou as principais classes sociais rurais e consequentemente gerou uma homogeneização das rendas e das oportunidades internas dos vilarejos; além disso, esta reforma foi responsável pela importante nova divisão social entre os quadros (aqueles que controlavam diretamente o

trabalho e eram responsáveis pela transferência de grãos para o Estado) e os aldeões coletivizados.

(...) por um lado, a desigualdade de renda com base na propriedade era eliminada, originando uma distribuição de renda altamente igualitária no âmbito da aldeia. Por outro lado, surgiu uma estrutura com duas classes de aldeões coletivizados e de quadros, estes últimos monopolizando o poder político. Na estrutura formal do período revolucionário a classe (chengfen) era fixada pelo nascimento, com base na pretensa posição ocupada na paisagem social de antes da reforma agrária. A consequência é que os proprietários de terra e os camponeses ricos, de há muito despojados da propriedade e da riqueza que um dia definiram sua posição na classe, constituíram uma nova subclasse social que viria a ser repetidamente atacada em campanhas políticas (...) (Selden, 2008, p.140)

Ademais esta coletivização, segundo Selden (2008), possibilitou ao Estado a obtenção de uma porção maior do excedente agrícola, sendo que uma grande parte desta porção foi transferida para a indústria e para a cidade, ou seja, a China reproduziu umas das trajetórias padrões observada nas revoluções industriais, que é a transferência do excedente da agricultura e do campo para a indústria e para as cidades.

Segundo Santos (2008), este sistema era denominado de “mão dupla”, uma vez que era vendida uma quota da produção rural para o Estado pelo preço estipulado pelo planejamento, enquanto que o excesso da produção podia ser comercializado a preços de mercado e era revertido à comunidade.

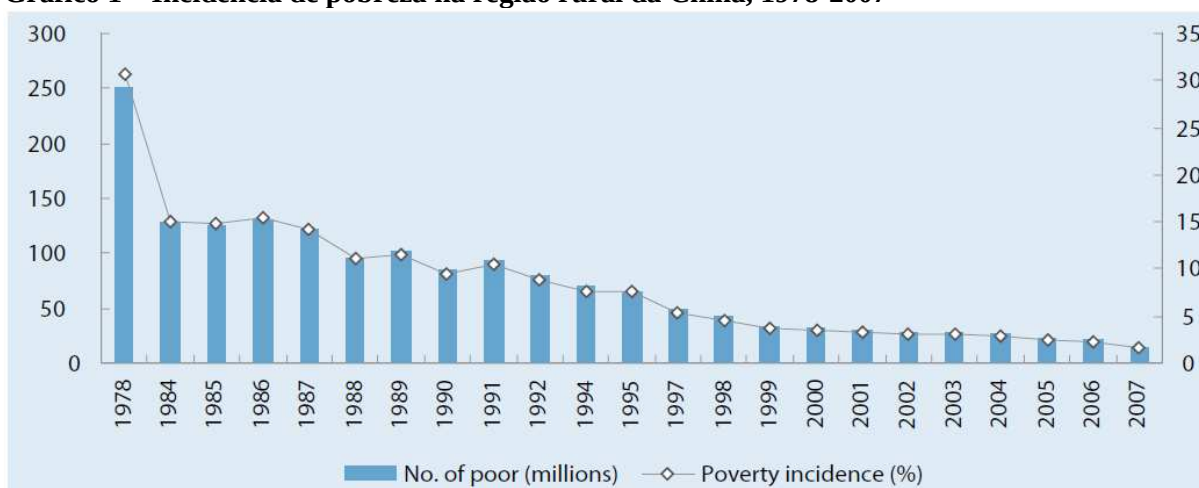
Com a abertura econômica este sistema não sofria mais as limitações impostas pela política de planejamento:

(...) as comunidades podiam planejar o volume da produção e, claro, a produção para o mercado cresceu enormemente, tornando o plano praticamente irrelevante para a estratégia dos comuns. Por isso, isto é, em busca de maximização dos lucros, é que as comunidades, e depois as famílias, passaram a organizar a produção. Sem necessidade de coação ou vigilância, o interesse instalou-se como principal ordenador das atividades rurais. Na segunda fase da reforma, toda a produção passou a ser encaminhada para o mercado. O efeito demonstração do mercado é, na expressão de uma analista, contagioso, e a comparação dos ganhos advindos

dos contratos com o Estado e os obtidos pela via do mercado rapidamente faz com que a balança pese em favor do mercado. Primeiro, nas áreas rurais, mas também no mundo industrial urbano, particularmente nas relações de trabalho, sob considerável influência das empresas estrangeiras (...) (Santos, 2008, p.27)

Este período de abertura, conforme o UNDP China (2008) observa, foi um período estimulante em termos de produção para os agricultores, o que ocasionou o declínio mais rápido da incidência da pobreza rural já visto na China, conforme mostra o gráfico 1 abaixo. O número de pessoas pobres na área rural que em 1978 era de 250 milhões em 1985 já havia caído para 125 milhões, ou seja, em menos de 10 anos ocorreu uma surpreendente queda de 50% da população pobre na área rural.

Gráfico 1 – Incidência de pobreza na região rural da China, 1978-2007



Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

Conforme o UNDP China (2008), a queda que se observa nos anos que se seguem até 2007 deu-se devido a políticas adotadas pelo Governo chinês, como a criação de agências especializadas e fundos especiais para a redução da pobreza.

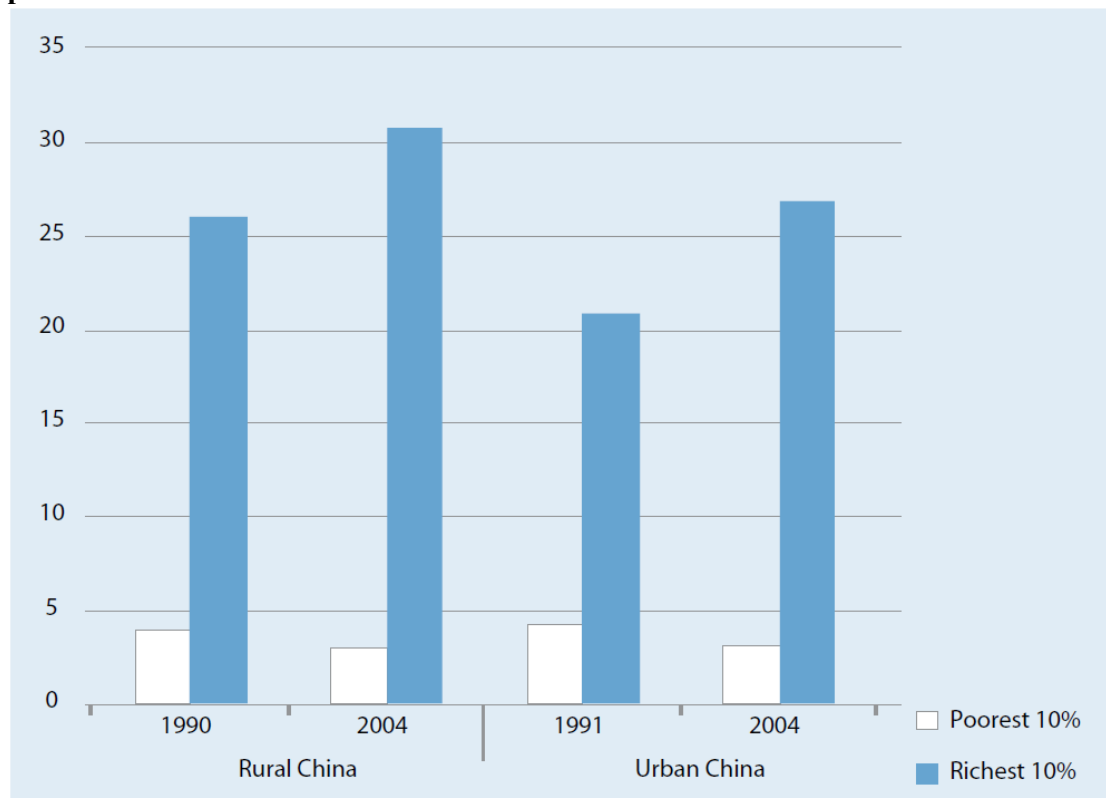
Conforme abordado anteriormente, uma reforma econômica era inevitável. Porém, é importante observar que a China era uma sociedade igualitária antes desta, e com a introdução das reformas econômicas direcionadas para o mercado, conforme Wang (2008) se observa que “a distribuição geral de renda na China já havia se tornado muito mais desigual do que em qualquer outra época de sua história” (WANG, 2008, p. 429).

Embora He (2003) tenha evidenciado a necessidade da reforma - assim como Wang - ele reconhece o agravamento das desigualdades econômicas no país após a implantação daquela:

(...) a reforma econômica chinesa seguiu uma abordagem gradualista peculiar. Setores novos deram uma contribuição essencial para o alto crescimento econômico e aumentaram o bolo da distribuição social. Os primeiros 10-15 anos podem ser rotulados de “reforma sem perdedores” (Qian e.). Na metade dos anos 90, porém, já estava claro que a estratégia estava perdendo gás e que a reforma gradual tinha tanto beneficiários como baixas (...) (He, 2003, p. 56)

Esta reforma com beneficiários abordada por He (2003) pode ser observada no gráfico abaixo. Nota-se que tanto na região urbana quanto na rural, de 1990 até 2004, houve um aumento da renda concentrada nas mãos dos 10% mais ricos de aproximadamente 5%.

Gráfico 2 – Distribuição do consumo urbano e rural entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres



Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

Flôres Jr. (2003) argumenta que é possível aprender uma lição com o caso chinês:

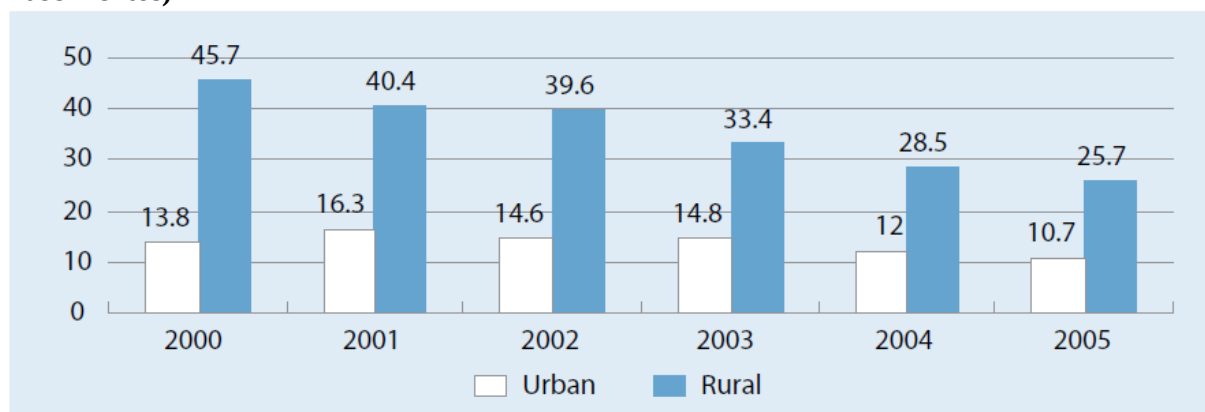
(...) mesmo antes da “China-milagre”, a “China-pobre” segundo a métrica capitalista era um país de ponta no que dizia respeito aos seus indicadores sociais. Não chegava a ser uma Suécia, mas era um espaço de boa qualidade de vida, especialmente se comparada à quase totalidade dos países em desenvolvimento, a maioria deles com renda *per capita* superior a ela. (...) Ora, isso significa que a China desencadeia um processo de crescimento *sem um passivo de miséria*, ao contrário da grande maioria dos emergentes, particularmente exemplos importantes como o México e o Brasil. Ainda que esse crescimento tenha, e continue a, acirrando desigualdades – como honestamente mostra Fan He -, o seu ponto de partida foi, ele também, *sui-generis* em termos mundiais. Traz-nos à mente o peso da questão da pobreza, e a importância da sua relação com o, ou o do seu entrave ao, desenvolvimento (...) (Flôres Jr., 2003, p. 139-140)

Conforme explica Wang (2008):

(...) a desigualdade geral de renda na China pode ser dividida em quatro partes: desigualdade entre os setores rural e urbano; entre regiões; no interior do setor rural e no interior do setor urbano. Pesquisas têm revelado que a maioria das sérias disparidades de renda na China são entre regiões e as entre a cidade e o campo (...) (Wang, 2008, p. 430)

Um exemplo da desigualdade que existe entre a região urbana e rural pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Taxa de mortalidade na infância na área urbana e rural, 2000-2005 (a cada 1 mil nascimentos)

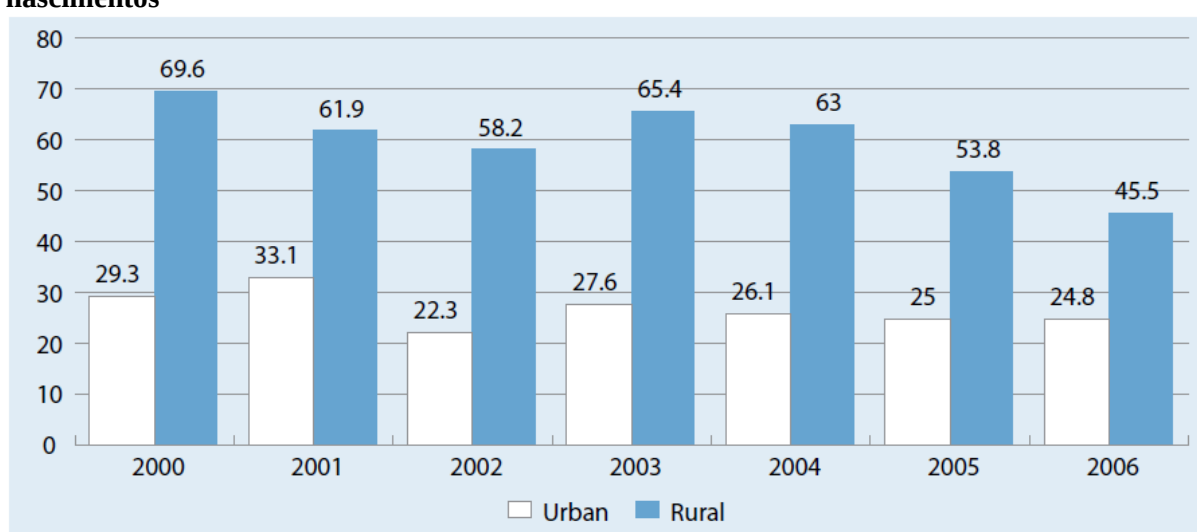


Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

A taxa de mortalidade na infância (crianças com até 5 anos de idade) urbana é sempre inferior a taxa de mortalidade na infância rural. Embora o gráfico evidencie a desigualdade regional que existe no país, ele também mostra um quadro positivo já que nos anos mais recentes houve uma queda gradual na taxa de mortalidade rural. Diminuindo assim, o grau de desigualdade entre estas duas regiões.

A mesma situação observada acima, acontece com a taxa de mortalidade maternal. Os índices urbanos são claramente melhores que os índices rurais:

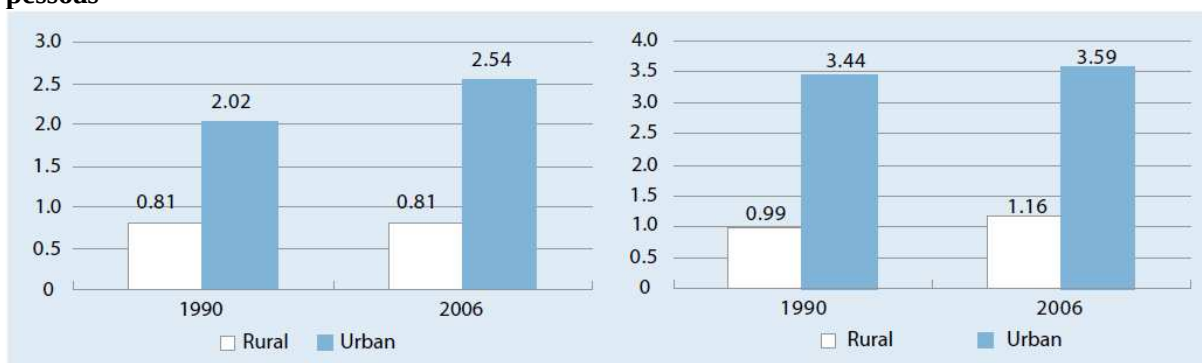
Gráfico 4 – Taxa de mortalidade maternal nas áreas urbanas e rurais, 2000-2005 (a cada 100 mil nascimentos)



Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

Outra disparidade que o relatório do UNDP China (2008) mostra é a quantidade média de leitos hospitalares e pessoal médico para cada 1.000 pessoas nas regiões urbanas e rurais. Em 2006, a razão de leitos hospitalares rurais (0,8) era inferior a urbana (2,5) em aproximadamente 1,7. No lado direito do gráfico que segue, é possível verificar que, na zona rural a razão de pessoal médico era de 1,2 para cada 1.000 pessoas, enquanto na zona urbana esta razão era de 3,6. Verifica-se também que há 16 anos esta situação permanece sem indícios de melhorias significantes.

Gráfico 5 – Número de leitos hospitalares e pessoal médico na área rural e urbana a cada 1 mil pessoas

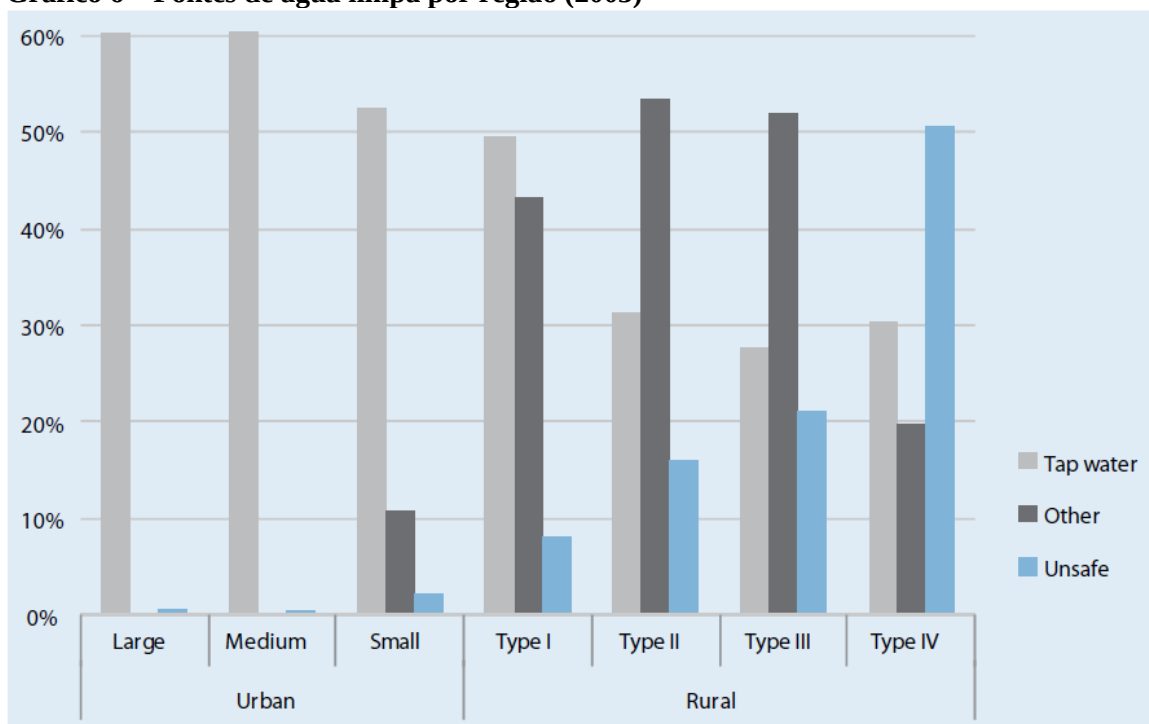


Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

Esta marcante diferença nos indicadores de saúde do país é um reflexo dos gastos governamentais com saúde nas referidas regiões. Conforme o relatório do UNPD China (2008), quando observado o total de gastos do governo com os serviços de saúde, verifica-se que os recursos enviados aos centros urbanos são sete vezes maiores do que os recursos enviados aos centros rurais.

Ao avaliar o saneamento básico e a distribuição de água potável fornecida à população, o relatório do UNDP China (2008) separa a área urbana chinesa em grandes, médias e pequenas cidades, enquanto a área rural é dividida em tipos que vão do Tipo I ao Tipo IV, conforme segue:

Gráfico 6 – Fontes de água limpa por região (2003)



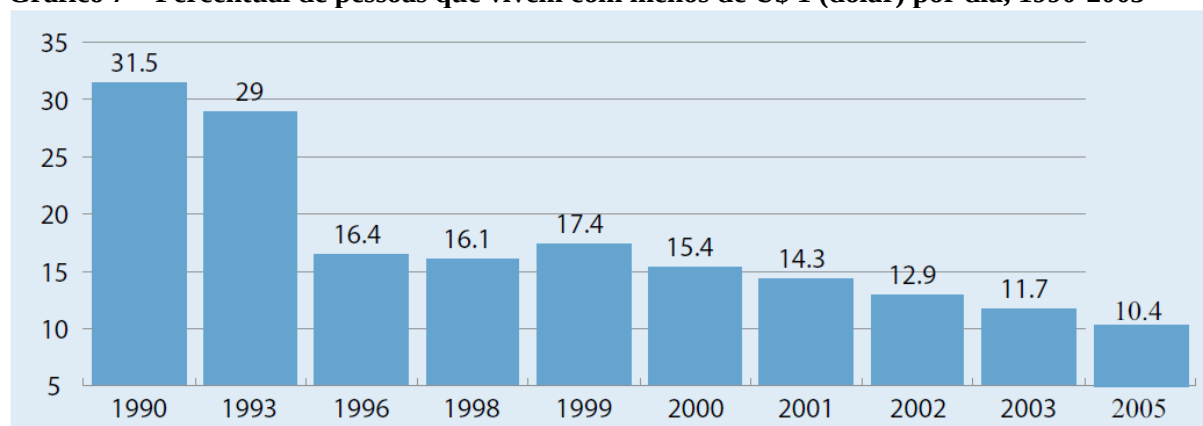
Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

Neste gráfico, devido à ligação entre saneamento básico fornecido a população e os resultados na área da saúde, observam-se as mesmas disparidades encontradas nas condições de vida das regiões urbanas e rurais. Independente do tamanho da cidade, o fornecimento de água tratada (*tap water*) nas regiões urbanas é mais elevado do que o fornecimento desta em todas as regiões rurais. Ademais a quantidade utilizada de água não tratada e/ou contaminada (*unsafe water*) pelas regiões rurais é alarmante.

Embora ainda existam no país sérias desigualdades entre o campo e a cidade, o movimento observado nos indicadores que retratam as condições de vida de toda a população chinesa é positivo.

O número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia diminuiu em 15 anos mais de 20%, o que equivale a uma redução de quase 275 milhões de pessoas que viviam nesta condição.

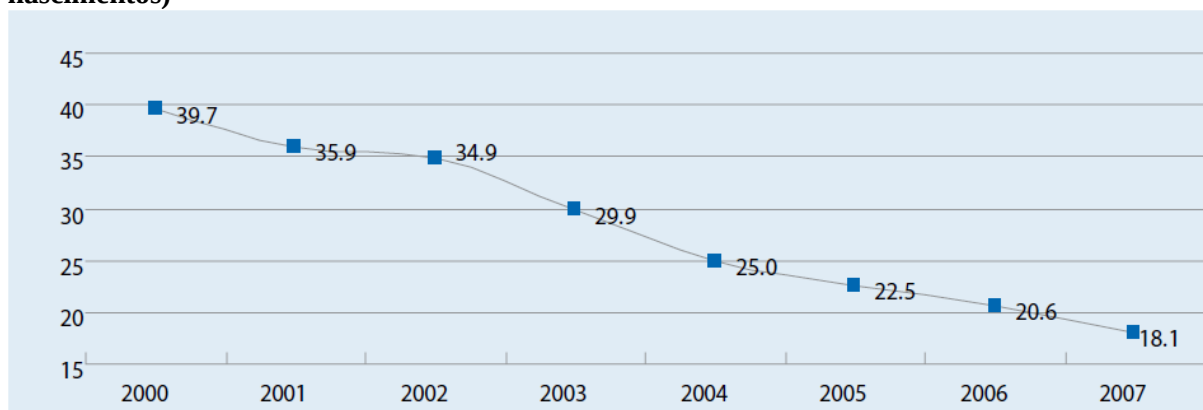
Gráfico 7 – Percentual de pessoas que vivem com menos de U\$ 1 (dólar) por dia, 1990-2005



Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

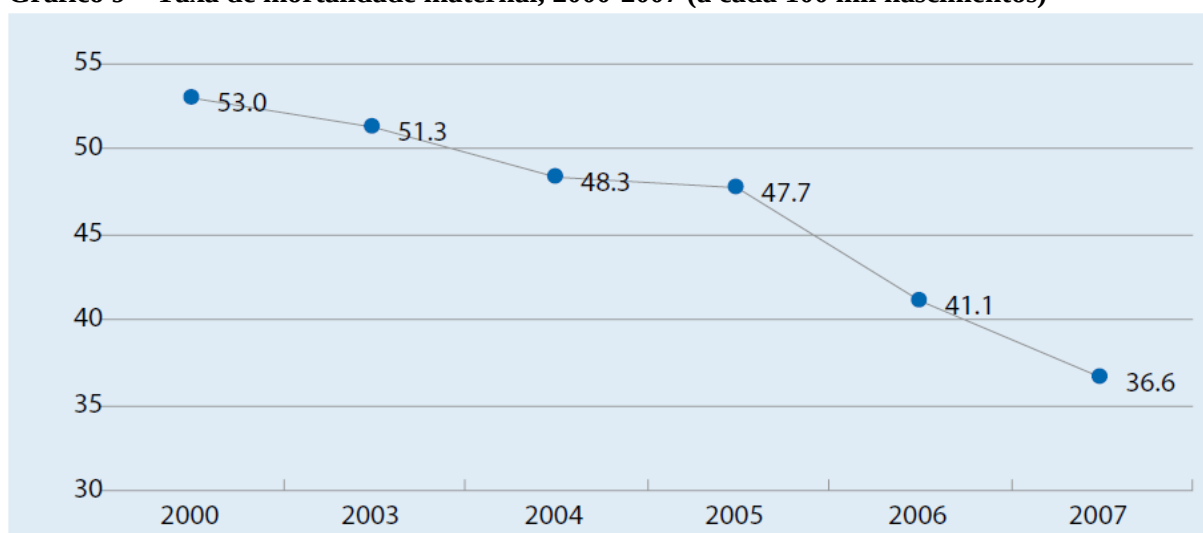
Nos indicadores abordados anteriormente de taxa de mortalidade na infância e a taxa de mortalidade maternal verifica-se também reduções significantes. Conforme segue:

Gráfico 8 – Taxa de mortalidade na infância, 2000-2007 (a cada 1 mil nascimentos)



Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

Gráfico 9 – Taxa de mortalidade maternal, 2000-2007 (a cada 100 mil nascimentos)



Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

Uma característica chinesa pré-reforma que evidencia a boa qualidade de vida chinesa antes desta é a assistência à saúde dada a população. Wang (2008) afirma que na área da saúde a China era um modelo para todo o mundo subdesenvolvido.

Antes da era Mao, a China estava entre os países que tinham os mais baixos indicadores de saúde do mundo, mas a herança que esta era deixava aos chineses foi bem diferente da situação em que o sistema de saúde chinês se encontrava antes de 1949. O país pré-reforma possuía os mais abrangentes sistemas de redes de saúde, sendo que 80 a 85% da população chinesa desfrutavam e tinham acesso a cuidados básicos de saúde. Quando observada a expectativa de vida que aumentou de 35 para 68 anos e a taxa de mortalidade

infantil que reduziu bruscamente de 200% para 42%, fica evidente a melhoria nas condições de saúde do país.

Após a reforma econômica, porém “o desempenho do sistema nacional de saúde tem sido decepcionante” (Wang, 2008, p.430). Sendo que, em 19 anos (1981-2000) a expectativa de vida chinesa total aumentou apenas 3,5 anos.

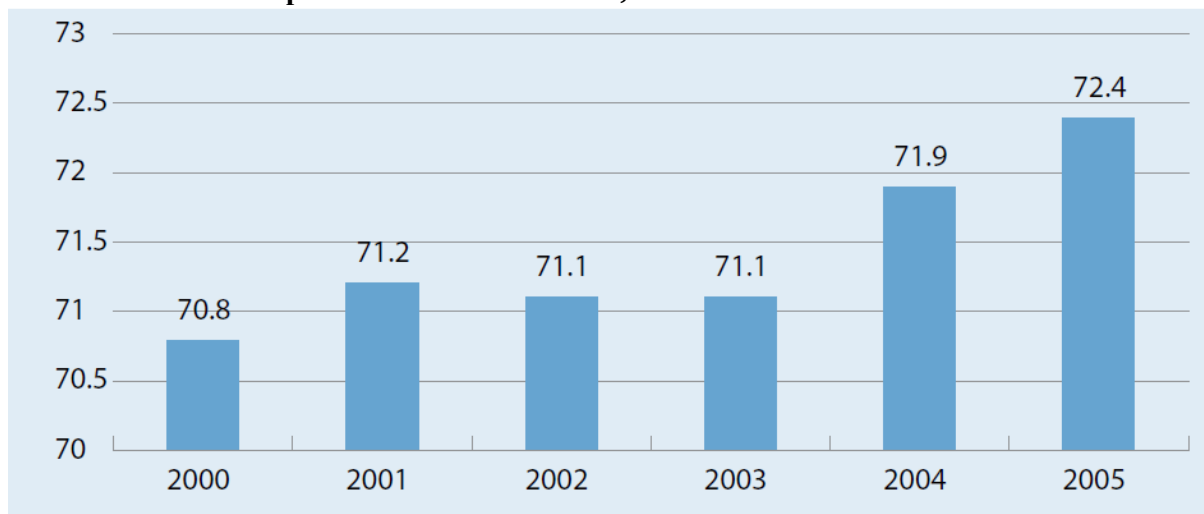
Tabela 1 – Média da expectativa de vida na China, 1949-2000

Year	Total	Male	Female
Before 1949	35	-	-
1957	57	-	-
1973-75	-	63.6	66.3
1981	67.9	66.4	69.3
1990	68.6	66.8	70.5
2000	71.4	69.6	73.3

Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

De 2000 a 2005 a média da expectativa de vida continuou a crescer, porém conforme o movimento observado entre 1981-2000, este crescimento na expectativa de vida ocorre atualmente de maneira gradual e lenta.

Gráfico 10 – Média expectativa de vida na China, 2000-2005



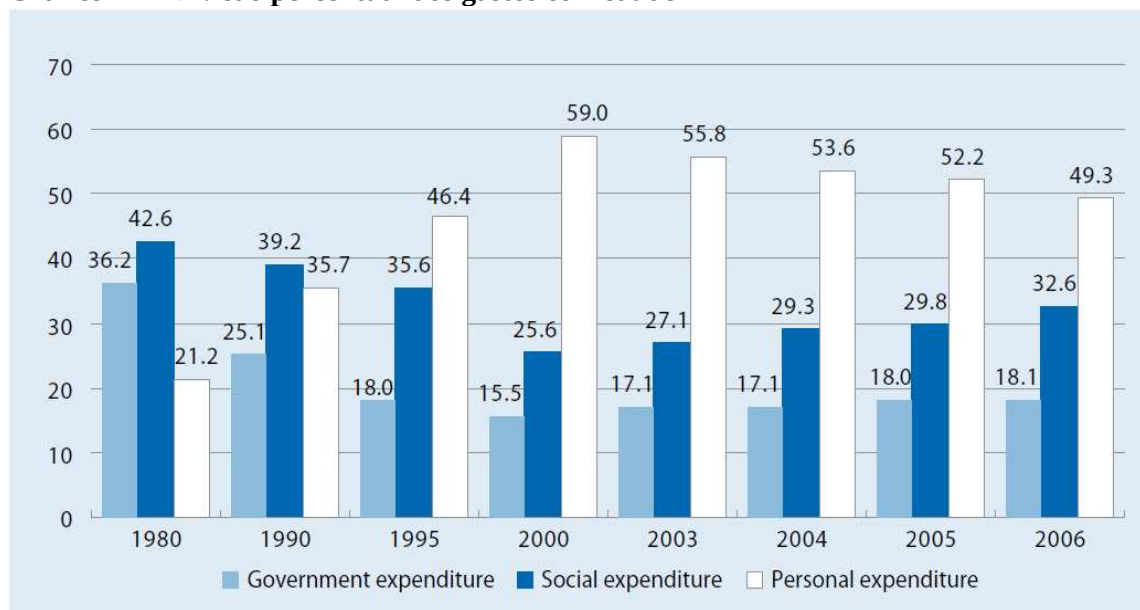
Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

Este movimento é contrário as expectativas esperadas, uma vez que a ciência e a tecnologia progrediram muito no país após a reforma, e no início desta houve um aumento das despesas com saúde pelo governo. Mas este aumento das despesas declinou com o passar dos anos, conforme mostra Wang (2008):

(...) antes da reforma econômica, os pagamentos individuais representavam menos de 20% dos gastos totais do País com saúde, enquanto as contribuições fiscais do governo e o seguro social representavam mais de 80%. Nos primeiros anos de reforma econômica, os gastos sociais começaram a cair aos poucos. Contudo, a quota das contribuições governamentais continuava crescendo, e chegou a atingir 40%. O ponto crítico ocorreu nos meados dos anos 80, quando tanto os gastos governamentais quanto os sociais caíram dramaticamente, e quase atingiram o ponto mais baixo no limiar do novo século. Por volta de 2002, a quota de participação do governo nas despesas totais com saúde havia diminuído para 15,21% e da seguridade social, para 26,45%. (...) o retraimento da quota governamental e da seguridade social provocou o aumento do desembolso por parte da população com os serviços de saúde (...) (Wang, 2008, p. 436-437)

Esta tendência é confirmada pelo UNDP China (2008), além disso, o relatório publicado por este observa que houve um aumento do desembolso por parte da população tanto com serviços de saúde quanto com serviços com educação:

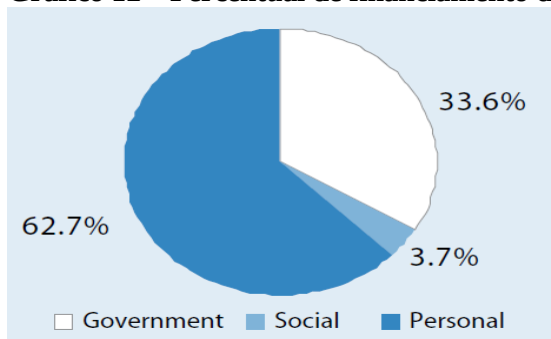
(...) na década de 1990, a China começou a reformar o setor de serviços públicos, introduzindo um mecanismo de participação múltipla. Ao longo do tempo, a execução deste mecanismo envolvia um número reduzido de contribuições do governo, enquanto que a razão da contribuição pessoal aumentou ano após ano. Por exemplo, os indivíduos têm assumido a responsabilidade principal pelo pagamento de cuidados médicos e às vezes, a subida dos preços dos serviços públicos, especialmente para educação e saúde, superou o crescimento da renda dos residentes urbanos e rurais, fazendo a reforma dos serviços públicos uma questão de atenção entre as pessoas de todas as esferas da vida (...) (*Human Development Report*, 2007/08, p.12)

Gráfico 11 – Divisão percentual dos gastos com saúde

Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

O gráfico acima, retrata exatamente a tendência observada por Wang (2008). A partir de meados dos anos 80 ocorreram quedas graduais nos gastos governamentais e sociais com saúde, o que ocasionou, por sua vez, um aumento nos gastos particulares com saúde. A partir de 2003 é possível observar um lento, porém gradual aumento nos gastos sociais com saúde, seguido de uma diminuição também gradual dos gastos particulares. Mesmo assim, os gastos particulares ainda são significantes.

Na educação observa-se o mesmo quadro, sendo que os gastos particulares com educação em 2002 quase representam o dobro do gasto governamental:

Gráfico 12 – Percentual de financiamento da educação em 2002

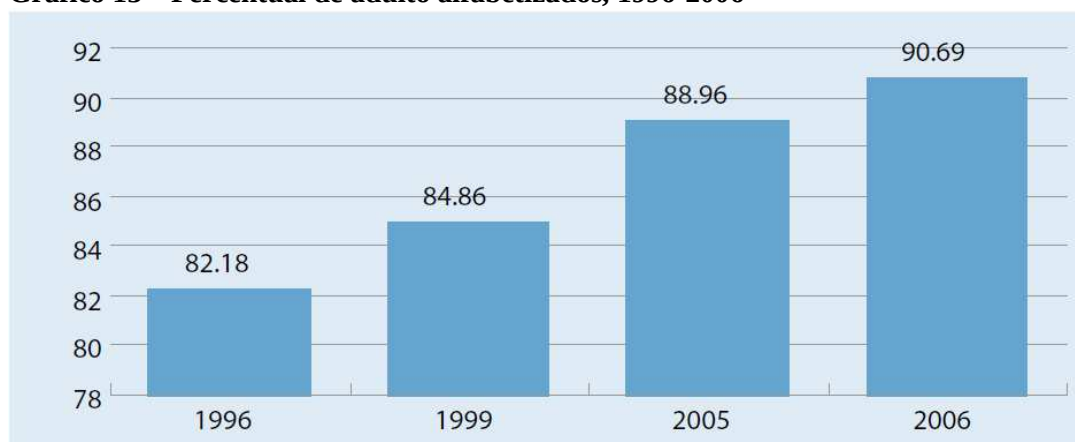
Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

Assim, é possível observar no sistema de saúde e no sistema de educação chinês a mesma transformação que ocorreu nas cidades e nos campos. O que era antes responsabilidade do governo, com a reforma, tornou-se responsabilidade dos indivíduos.

Segundo He (2003) no sistema educacional os indicadores mostram que o desenvolvimento foi contínuo, uma vez que antes de 1949 cerca de 80% da população chinesa era analfabeta e na metade dos anos 90, o país conseguiu atingir praticamente a matrícula universal em educação primária.

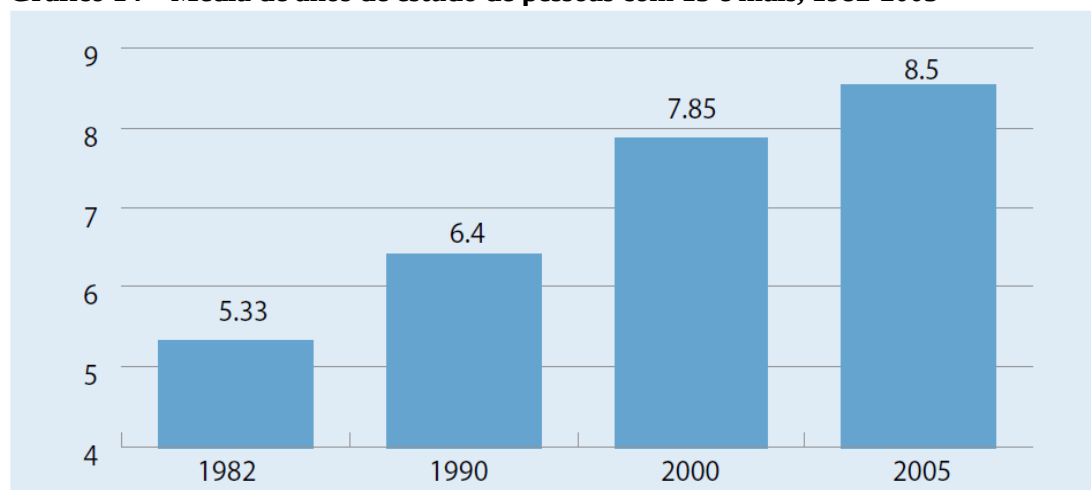
Observando tanto o aumento no percentual de adultos alfabetizados quanto o aumento na média de anos de estudo da população chinesa, é possível verificar esse desenvolvimento contínuo no sistema educacional abordado por He (2003):

Gráfico 13 – Percentual de adulto alfabetizados, 1996-2006



Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

Gráfico 14 – Média de anos de estudo de pessoas com 15 e mais, 1982-2005



Fonte: *Human Development Report China 2007/08*.

Conforme relatório do UNPD China (2008) as melhorias que ocorreram nos indicadores de educação são consequências de políticas implantadas pelo governo chinês a partir da década de 1980. Antes disso já era obrigatória a escolaridade, mas em 1985 houve uma mudança estrutural fundamental para os resultados atuais:

(...) a “Decisão sobre a Reforma do Sistema Educativo”, em maio de 1985, o governo declarou: “A responsabilidade pelo desenvolvimento da educação básica será entregue aos governos locais e os nove anos de educação obrigatória serão universalizados passo a passo.” (...) (*Human Development Report*, 2008, p.44)

Segundo o relatório, a partir de então, o Governo central chinês era responsável somente em estabelecer as políticas e regulamentos educacionais. Enquanto que o fornecimento a escolaridade obrigatória, assim como o seu financiamento passava a ser obrigação dos governos locais. Desta forma, os governos locais foram os responsáveis pelos planos para o desenvolvimento da educação básica e controlavam os gastos com educação. Em 2001, o atual sistema que obriga o fornecimento de educação básica pelo governo foi totalmente posto em prática. Este sistema é liderado pelo Conselho de Estado, mas planejado e executado pelos governos locais.

Além disso, depois da reforma econômica houve uma ampliação dos investimentos no ensino superior o que gerou uma “rápida qualificação da força de trabalho, formando um grande *pool* de engenheiros e trabalhadores muito qualificados.” (Medeiros, 2008, p.94)

Como explica Medeiros (2008) tal investimento no ensino superior e na conseqüente especialização chinesa, caminha ao lado das políticas de inovação tecnológica chinesas:

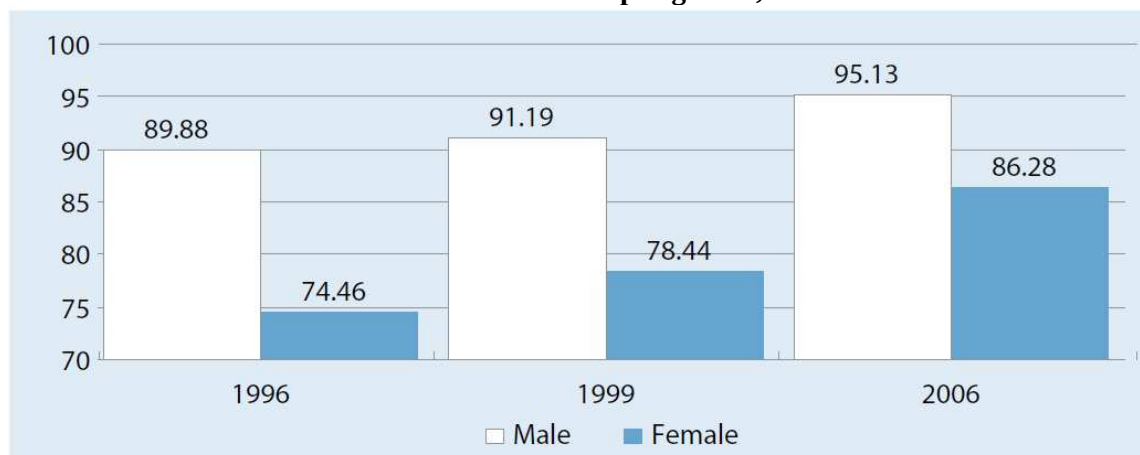
(...) a mudança do grau de especialização chinesa na direção de produtos intensivos em conhecimento – um processo já em amplo curso – é essencial para a manutenção do alto crescimento e ao mesmo tempo viabilizar a evolução dos salários reais. O ritmo em que o deslocamento da estrutura produtiva e das ocupações deverá seguir depende, também, das políticas industriais, da qualificação da força de trabalho chinesa e da elevação dos salários (...) (Medeiros, 2008, p. 93)

Na estrutura educacional existe um tipo de desigualdade que permanece ainda após significantes melhoras nos índices de ensino, trata-se da desigualdade entre gêneros, conforme relatório do UNDP China (2008), esta desigualdades está presente tanto na taxa de alfabetização adulta quanto no total de anos de estudo dos homens e das mulheres:

(...) enquanto na maioria dos aspectos na China o desenvolvimento humano entre os sexos não é muito pronunciado, as disparidades persistem. Por exemplo, a taxa de alfabetização de adultos para os homens chineses em

2006 foi de 95,1 por cento, ante 86,3 por cento para as mulheres, uma diferença de mais de 8 pontos percentuais. Em 2002, as mulheres gastaram uma média de 7,2 anos na escola, contra 8,3 para os homens. Em 2005, esses números aumentaram para 7,3 anos para as mulheres e 8,4 anos para os homens (...) (*Human Development Report*, 2008, p.24)

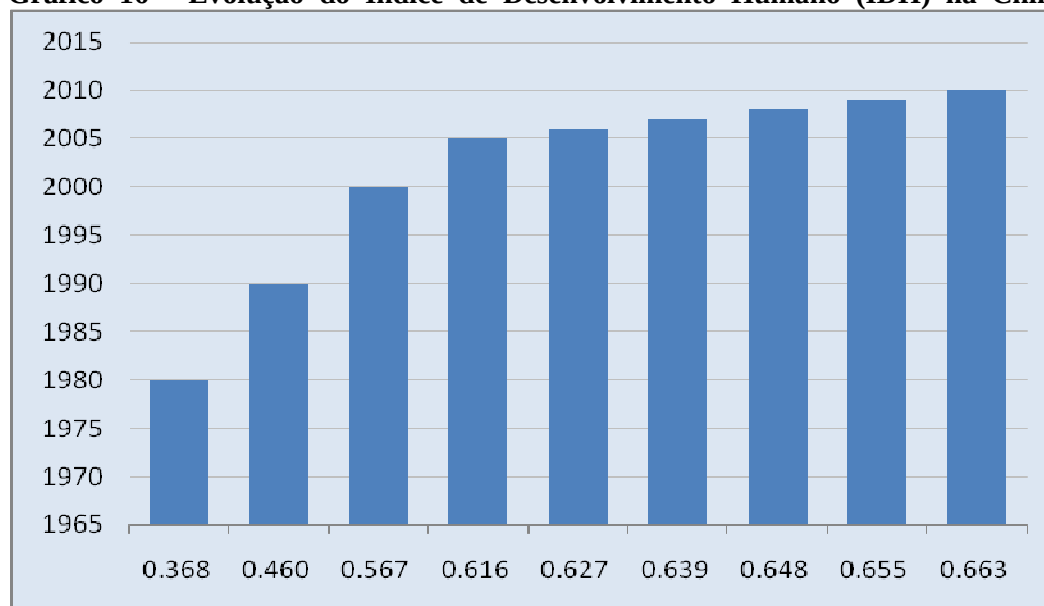
Gráfico 15 – Percentual de adultos alfabetizados por gênero, 1996-2006



Fonte: *Human Development Report China* 2007/08.

O gráfico abaixo mostra a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH/ HDI) nos últimos 30 anos. Este índice tem uma escala de 0 (mínimo desenvolvimento humano) até 1 (máximo desenvolvimento humano). Este gráfico confirma que após a reforma e abertura econômica, o desenvolvimento humano chinês aumentou aproximadamente 80% de 1980 a 2010.

Gráfico 16 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na China, 1980-2010



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010

Conforme relatório do UNDP China (2008), embora o conceito de desenvolvimento humano enfatize que o crescimento econômico não é o objetivo final do desenvolvimento, mas sim um meio para este fim, a importância de 52,21% que o crescimento econômico chinês teve na contribuição do aumento do IDH chinês de 1985 até 2005 não pode ser ignorada.

Dado que o PIB per capita corresponde a um terço do IDH, e considerando o rápido crescimento do PIB chinês, esta tendência dominante do PIB no IDH é quase inevitável. Mas, conforme o próprio relatório observa o papel do crescimento econômico Chinês é mais profundo do que aparenta ser. Pois, este crescimento criou condições vitais para as melhorias no desenvolvimento humano em muitos aspectos.

A tabela publicada pelo PNUD (2010) demonstra a parcela de contribuição que os indicadores tiveram para o crescimento do IDH no ano de 2010. Com o IDH no valor de 0,663 a China pertence atualmente ao grupo de países com Desenvolvimento Humano Médio.

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China, 2010

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)*	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita (PPC em USD de 2008)
89 China	0,663	73,5	7,5	11,4	7,258

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010

Para He (2003) estudar a economia chinesa pode tanto explicar o que causou tal crescimento, como também pode enriquecer a nossa compreensão de crescimento, desenvolvimento e instituições. Isto porque é nítida a peculiaridade do desenvolvimento chinês quando é observada a trajetória deste. Flôres Jr. (2003) é um dos autores que enfatiza tal particularidade deste desenvolvimento observado:

(...) o dito crescimento, capitalista, se deu antes de qualquer mudança do sistema político. Em uma surpreendente demonstração de pragmatismo – e de flexibilidade que só a cultura chinesa parece capaz de acomodar –, experimenta-se um violento desenvolvimento capitalista em um contexto de “centralismo democrático”, sob a límpida égide e gestão de um poderoso Partido Comunista. Fato absolutamente único (...) (Flôres Jr., 2003, p.136-137)

E conforme Santos (2008):

(...) o afastamento formal do Partido das estruturas do governo e do Estado não significou efetivamente uma descontração nos controles e vigilância do Partido em relação à vida econômica, social e política (...) (Santos, 2008, p.30)

Jaguaribe (2008) explica que a China se autodenomina uma democracia popular, mesmo sendo evidente que não se trata de um regime democrático, sendo mais bem caracterizado como um “autoritarismo esclarecido”.

Líderes políticos chineses como Deng Xiaoping acreditavam que a China não poderá ser uma democracia. E muitas vezes

(...) os líderes chineses utilizam o eufemismo “estabilidade social” para convencer o público chinês que o governo do Partido Comunista é essencial para manter a ordem e a prosperidade, e que sem ele um país tão grande quanto a China cairia na guerra civil e no caos. A democracia é uma impossibilidade em um país tão grande quanto a China, dizem os líderes (...) (Shirk, 2007, p.56)

Segundo Santos (2008) a segurança política do Partido Comunista depende do crescimento econômico e a continuidade deste a taxas elevadas, o que impediria o surgimento de problemas como o desemprego, evitando assim uma das possíveis causas da instabilidade social. Sendo que o principal objetivo do Partido Comunista é eliminar os fatores que causem a instabilidade social chinesa. E conforme abordado anteriormente para o PCC é isto que mantêm a legitimidade do regime em discussão.

Mesmo assim, cabe observar que:

(...) em sociedades subdesenvolvidas, pobres e majoritariamente rurais, a estabilidade social foi historicamente assegurada ou quando se instalava duradoura ditadura (...) ou quando um sistema autocrático instaurava fóruns de conciliação de interesses, arbitrados pelo Estado coercitivo (os exemplos aqui seriam o Brasil de 1937 a 1945 e o fascismo italiano). Em todos os casos, foi impossível a continuidade do regime autocrático muito tempo depois de iniciado moderno processo de industrialização e suas conseqüências (...) (Santos, 2008, p.36)

Desta forma, deve-se verificar até que ponto este tipo de regime é sustentável, tendo em vista que para alcançar efetivamente o desenvolvimento social e humano ainda resta preencher algumas lacunas para o alcance deste na economia chinesa.

3. O desenvolvimento recente do Brasil: reversão de tendências passadas?

Considerando que o Brasil não tem as taxas de crescimento econômicas equivalentes as chineses e nas duas últimas décadas tenha tido um crescimento do PIB ínfimo perto do PIB do dragão vermelho, parece que o primeiro está distante do segundo na análise econômica. Porém, quando se analisa o Brasil mais de perto, é possível observar alguns pontos em comum.

Por exemplo, assim como a China, o Brasil também passou por um processo de abertura econômica. Segundo Castro (2005) esta abertura econômica foi introduzida pela nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) e pelo Plano Nacional de Desestatização (PND), sendo que ambos ocorreram nos governos de Fernando Collor e de Itamar Franco (1990-94).

Castro (2005) observa que, embora na prática as privatizações (foram privatizadas 33 empresas federais) tiveram natureza relativamente modesta se comparadas aos prognósticos iniciais desses governos, havia outras reformas em pauta além das privatizações:

(...) de fato, o governo Collor também foi marcado por profundas mudanças na política de comércio exterior uma vez que, simultaneamente à adoção do câmbio livre, intensificou-se o programa de liberalização da política de importações, que havia tido início ao final dos anos 80. Assim, no governo Collor, foram extintas as listas de produtos com emissão de guias de importação suspensa (o chamado “Anexo C”, que continha cerca de 1.300 produtos) e os regimes especiais de importação (exceto Zona Franca de Manaus, *drawback* e bens de informática). Na prática acabaram as formas mais importantes de controles quantitativos de importação, para dar lugar a um controle tarifário, com alíquotas cadentes. Foi também anunciada uma reforma tarifária na qual se anunciou que todos os produtos teriam reduções graduais ao longo de quatro anos, a partir do qual atingiriam uma alíquota modal de 20%, dentro de um intervalo de variações de 0 a 40%. Preanunciando reduções graduais, o governo pretendia preparar os produtos nacionais para a transição para uma economia mais aberta (...) (Castro, 2005, p. 147)

A razão para que o Brasil introduzisse esta agenda de reformas no campo econômico surgiu da crítica neoliberal de que o desenvolvimentismo implantado desde a década de 50,

caracterizado pela substituição de importações e uma ampla intervenção do Estado, foi o responsável

(...) pela crescente perda de dinamismo das economias latino-americanas, especialmente no que diz respeito à incapacidade de manter o ritmo de incorporação do progresso técnico e do aumento de produtividade. A razão essencial para isso, segundo Franco (1998), foi a falta de concorrência decorrente da elevada proteção tarifária e do excesso de regulamentação ou presença do Estado (...) (Carneiro, 2002, p. 309-10)

Assim, segundo Carneiro (2002) surgia um novo modelo de crescimento que definia a concorrência como um motor primordial do processo. O desenvolvimentismo que visava suprir a demanda e a garantia de mercado interno foi substituído por um desenvolvimento voltado para a política de oferta e ampliação da concorrência.

Além disso, as décadas de 80 e 90 foram fortemente marcadas pela crise financeira do Estado. Conforme observa Castro (2005) durante o período de 1986 a 1991, a situação econômica brasileira foi agravada pelos sucessivos fracassos no combate a inflação, sendo que em cinco anos foram cinco choques: Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Ademais havia a herança do endividamento do Estado, deixada em grande parte pelo II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

Surgia assim, na segunda metade da década de 90 o Plano Real. Este plano implantado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi muito bem sucedido no combate a inflação, entretanto, segundo Giambiagi (2005), “paralelamente a esse êxito, a gestão econômica deixava dois flancos expostos, que estavam se agravando a olho nu: um desequilíbrio externo crescente e uma série crise fiscal” (Giambiagi, 2005, p. 169). O desequilíbrio externo ocorria devido ao grande aumento das importações posterior ao Plano Real acompanhado de um fraco desempenho das exportações. Enquanto a crise fiscal, conforme Giambiagi explica, era caracterizada pelo déficit primário do setor público consolidado, pelo déficit público (nominal) de nada menos que 7% do PIB, na média de 1995-1998 e por uma dívida pública crescente.

O governo de FHC também foi marcado pela continuidade das reformas iniciadas durante o governo Collor, como por exemplo, as privatizações:

(...) as privatizações, na gestão FHC, caracterizaram-se pela venda de empresas prestadoras de serviços públicos, com ênfase nas áreas de telecomunicações e energia. Essas operações, por sua vez, foram marcadas por uma nova mudança de porte das empresas (em relação às privatizações de 1991-1994), o que se demonstra pelo vulto do total arrecadado (...) (Giambiagi, 2005, p. 186)

Giambiagi (2005) acredita que a década de 1990 foi uma “década de transformações” para o país, embora durante esta, não foi possível observar os efeitos práticos das mudanças que eram realizadas. Ele dividiu em três fases esta década: a de 1991-1994, caracterizada pelo binômio privatização/abertura que introduziu um choque de competição na economia, mudando o modelo adotado para o crescimento, sendo que durante esta fase permanecia o desafio de combater a inflação que chegou a ser de mais de 5.000% nos meses que antecederam o Plano Real. A segunda fase, 1995-1998, foi marcada pela estabilização, acompanhada de dois desequilíbrios, externo e fiscal. E a última fase 1999-2002 foi caracterizada por uma tríplice reforma, que modificou o regime cambial, monetário e fiscal:

(...) com as medidas de 1999, o país passou a ter condições de enfrentar cada um desses problemas: se a inflação preocupa, o BC atua através do instrumento da taxa de juros; se há uma crise de BP, o câmbio se ajusta e melhora a conta corrente; e se a dívida pública cresce, há de se “calibrar” o superávit primário. Com isso, têm-se os elementos para atacar os principais desequilíbrios macroeconômicos de forma integrada. Até então, os governos tinham muitas vezes gerado diversos desequilíbrios, enquanto o balanceamento entre os novos instrumentos a partir de 1999 permite dar conta do conjunto dos desafios e aspirar a ter inflação baixa, equilíbrio externo e controle fiscal. E, de fato, o ajuste foi expressivo: entre 1998 e 2002, o país teve uma melhora da sua balança comercial de US\$ 20 bilhões, no contexto de uma desvalorização nominal acumulada de 192% (ou 30,7% a.a) e uma inflação em quatro anos de menos de 40% (ou 8,8% a.a) (...) (Giambiagi, 2005, p. 189)

Mesmo assim, ainda segundo Giambiagi (2005), a maioria dos analistas avaliava o desempenho do país com um grande ceticismo. Este último originava de duas ressalvas que devem ser feitas sobre o período de 1999 a 2002. Primeiro o contexto externo que não foi favorável, consequência de fatos como a crise Argentina, os atentados terroristas contra as Torres Gêmeas de Nova York, a desvalorização do euro, a contração de créditos nos

mercados internacionais e uma queda de 17% no preço médio das exportações brasileiras. A segunda ressalva refere-se à situação em que o Brasil estava quando foram implantadas tais políticas, situação esta caracterizada por um grande desequilíbrio externo:

(...) o ajustamento externo era necessário, não podia prescindir de uma desvalorização e, enquanto esta se processasse, a queda dos salários reais era inevitável. Nos quatro anos entre 1999 e 2002, a cada final do ano a taxa de câmbio real foi mais desvalorizada que no ano anterior. Enquanto durasse o ajuste, portanto, as mudanças da balança comercial seriam positivas, mas as consequências internas seriam danosas (...) (Giambiagi, 2005, p. 191)

Em suma, segundo Giambiagi (2005), o desempenho da economia brasileira no período não chegou a ser ruim, tendo em vista o desempenho da América do Sul, o Brasil teve um desempenho superior ao da região.

(...), entretanto, após oito anos de estabilização em 2002, o Brasil nunca tinha conseguido ter dois anos consecutivos com um crescimento anual de mais de 3%, e a média de expansão do PIB nos dois governos Cardoso tinha sido de apenas 2,3% a.a. Foi este desempenho negativo que foi condenado pelo eleitorado em 2002 (...) (Giambiagi, 2005, p.192)

Em análise sobre a estrutura agrária brasileira, Furtado (1982) esboça as principais características da agricultura brasileira, embora o trabalho tenha a limitação do tempo, já que sua publicação foi realizada em 1982, o autor consegue mostrar em seu livro “Brasil pós - “milagre”” questões que ainda estão presentes nas discussões atuais sobre o assunto.

Furtado (1982) caracteriza a estrutura agrária do Brasil por seu caráter extensivo de exploração presente desde a era colonial,

(...) a degradação do meio natural, que em outras partes gera o freio maltusiano ou exige esforço acumulativo e progresso técnico para contornar a barreira dos rendimentos decrescentes, é compensada pela expansão do espaço econômico (...) (Furtado, 1982, p. 23)

O autor ainda lembra que os solos de boa qualidade para a agricultura no país são relativamente raros “Ao nível das práticas tradicionais de cultivo não mais de 7 por cento das terras são aptas (qualidade boa e regular) para as culturas de ciclo anual; essa porcentagem dobra no caso das culturas permanentes” (FURTADO, 1982, p. 23). Devido a esta

característica, não basta à incorporação de novas terras para expandir a produção agrícola, mas conforme o próprio Furtado (1982) adverte, a criação de um excedente agrícola depende da acumulação e introdução de novas técnicas.

Conforme Furtado (1982), outra característica marcante da estrutura agrícola brasileira é a exploração familiar que utiliza manejo tradicional em terras de inferior qualidade, sendo que a apropriação das terras de boa qualidade é inacessível a quem não dispõe de capital, ou seja, a agricultura também reflete desigualdades sociais, uma vez que não proporciona oportunidade a todos na apropriação de terras:

(...) daí que nada nos ajude tanto a entender a natureza do desenvolvimento econômico brasileiro – seu dinamismo e tendência a excluir a maioria da população de seus benefícios – quanto o estudo da forma como o homem se relaciona com o meio físico; com efeito: o ecossistema – concebido como abrangendo o meio natural e o contexto sócio-cultural – opera no Brasil com custos consideráveis (...) (Furtado, 2005, p.23)

Alguns autores são otimistas quanto ao desenvolvimento atual da agricultura no Brasil e afirmam que “o agronegócio é um dos setores com o qual o Brasil desfruta de melhores vantagens competitivas no comércio mundial” (Fujita, 2003, p.152).

Porém, é importante observar que alguns traços delineados por Furtado (1982), ainda estão presentes na estrutura agrária do país. Conforme Censo Agropecuário elaborado pelo IBGE em 2006 é possível verificar que é ainda relativamente grande a exploração familiar no país:

Tabela 3 – Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar – Brasil – 2006

Agricultura familiar	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras nos estabelecimentos					
			Lavouras					
			Permanentes		Temporárias		Área plantada com forrageiras para corte	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	5 175 489	329 941 393	1 480 243	11 612 227	3 127 255	44 019 726	3 313 322	4 114 557
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	4 367 902	80 250 463	1 233 614	4 290 241	2 719 571	12 012 792	2 851 616	1 338 027
Não familiar	807 587	249 690 940	246 629	7 321 986	407 684	32 006 933	461 706	2 776 530

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos							
	Lavouras		Pastagens					
	Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação		Naturais		Pastagens plantadas degradadas		Pastagens plantadas em boas condições	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	11 075	100 109	1 672 328	57 316 457	313 141	9 842 925	1 510 734	91 594 484
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	7 119	18 378	1 361 035	14 575 542	248 086	2 762 803	1 171 043	19 052 869
Não familiar	3 956	81 730	311 293	42 740 915	65 055	7 080 122	339 691	72 541 615

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos							
	Matas e/ou florestas						Sistemas agroflorestais	
	Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal		Matas e/ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)		Florestas plantadas com essências florestais		Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio de animais	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	1 097 574	50 163 102	975 307	35 621 638	188 951	4 497 324	305 826	8 197 564
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	795 670	8 119 041	794 732	10 618 764	148 076	592 998	250 252	2 898 493
Não familiar	301 904	42 044 061	180 575	25 002 874	40 875	3 904 326	55 574	5 299 071

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos							
	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura		Construções, benfeitorias ou caminhos		Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)		Terras improveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	439 892	1 319 492	2 193 760	4 689 700	71 891	789 238	466 927	6 093 185
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	307 770	301 752	1 751 522	1 731 164	53 880	237 728	361 053	1 726 424
Não familiar	132 122	1 017 740	442 238	2 958 536	18 011	551 510	105 874	4 366 760

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Embora a área que a agricultura familiar utiliza seja inferior a área cultivada pela agricultura não-familiar, o censo de 2006 mostra que ela é responsável e fornecedora por grande parte dos alimentos para o mercado interno:

(...) a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produziam 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão (...) 46% do milho, 38% do café (...) 34% do arroz, 58% do leite (...), possuíam 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos, e produziam 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a de soja (16%) um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira (...) (Censo IBGE, 2006, p.20)

Assim, em 2006 têm-se ainda o quadro apresentado por Furtado (1982) vinte quatro anos atrás:

(...) recorta-se a estrutura agrária brasileira, na qual se articulam de forma complexa latifúndios e minifúndios. A estes últimos cabe papel particularmente importante, pois é graças a eles que a população logra reproduzir-se e crescer sem prévio esforço acumulativo (...) (Furtado, 1982, p. 24)

Outra característica que permanece é a condição que a população rural brasileira está submetida:

(...) As condições de acesso à terra ditam o valor do trabalho qualificado, a *fortiori*, o excedente que é extraído da massa da população rural. Uma olhada rápida nas estatísticas deixa ver o quanto essa população permanece em situação de inferioridade comparativa à urbana. Assim, em 1976, enquanto 84 por cento desta última dispunha em seus lares de luz elétrica, apenas 19 por cento da população rural se encontrava nesta situação. A população de 15 ou mais anos alfabetizada constituía nas zonas urbanas 85 por cento do total e nas rurais apenas 58. Esses dados poderiam facilmente ser multiplicados, apontando sempre na mesma direção de uma inferioridade marcante das condições de vida da massa rural, o que se explica porque a população trabalhadora do campo é a menos organizada e a que menos opções tem na busca dos meios de subsistência (...) (Furtado, 1982, p. 62-63).

Esta condição exposta por Furtado foi observada no último “Relatório Nacional de Acompanhamento” publicado em 2004 pelas Nações Unidas do Brasil, este último mostrou que embora em alguns casos como, por exemplo, as condições de moradia tornaram-se mais

adequadas, algumas questões como o esgotamento sanitário evidenciam a exclusão rural e regional aos meios básicos de subsistência.

A Tabela abaixo mostra como era desigual o fornecimento de água tratada (rede geral) no país na década de 1990, uma vez que na Região Nordeste o percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água tratada era inferior a 50%. Em 2006 esta situação mudou, embora existiam regiões como a Sul, Sudeste e Centro-Oeste com um acesso de quase 100% à água tratada e a condição no fornecimento de água para a população do Norte e do Nordeste ainda era inferior, a melhoria foi significativa nestas duas regiões e ambas tem acesso à água tratada em mais de 70% de seus domicílios.

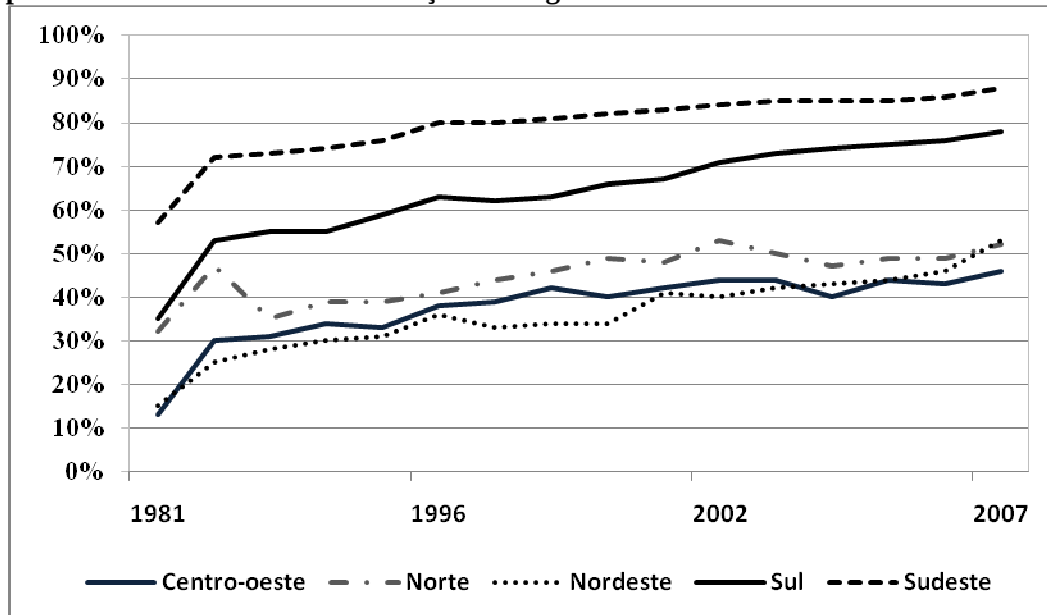
Tabela 4 – Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna.

	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Região Centro-oeste	0,69	0,76	0,77	0,81	0,84	0,86	0,88	0,88	0,90	0,92	0,93	0,94	0,96	0,96
Região Norte	0,66	0,59	0,62	0,62	0,69	0,68	0,69	0,72	0,71	0,75	0,74	0,68	0,70	0,73
Região Nordeste	0,41	0,48	0,49	0,52	0,58	0,56	0,59	0,61	0,65	0,67	0,69	0,70	0,72	0,74
Região Sul	0,83	0,87	0,89	0,92	0,93	0,94	0,94	0,95	0,96	0,97	0,97	0,97	0,98	0,98
Região Sudeste	0,88	0,90	0,90	0,92	0,94	0,94	0,95	0,96	0,96	0,97	0,97	0,98	0,98	0,98
Brasil	0,71	0,75	0,76	0,78	0,82	0,81	0,83	0,84	0,85	0,87	0,88	0,87	0,88	0,89

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

A situação é agravante quando analisamos a porcentagem de domicílios com instalação de esgoto nestas regiões. Note no gráfico abaixo, que ainda existem desigualdades regionais, sendo que as condições de esgotamento sanitário são melhores em regiões como o Sul e o Sudeste, enquanto o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do país tem apenas 50% de domicílios com acesso a instalação de esgoto.

Gráfico 17 – Porcentagem de pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes com acesso a instalações de esgoto



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Um segundo desafio social brasileiro que também foi abordado por Furtado (1982) também permanece nas estatísticas atuais, a desigualdade na distribuição de renda:

(...) existe presentemente no Brasil certo consenso, entre os próprios grupos dominantes, de que o estilo de desenvolvimento que se impôs com a industrialização produziu desigualdades sociais que se traduzem num fosso cada vez mais profundo entre uma minoria privilegiada e uma considerável massa rural e urbana. Também se reconhece que o regime autoritário implantado em 1964 agravou essa tendência à polarização social. A preocupação de reorientar o estilo de desenvolvimento se manifesta no discurso político mesmo daqueles que foram os maiores beneficiários do processo de concentração da riqueza e da renda, traindo ansiedades. No plano econômico, o modelo passou a ser criticado não tanto por seu sentido anti-social, mas por sua tendência evidente a engendrar desequilíbrios externos e internos. A doutrina ingênua ou malandra de que bastava aumentar o “bolo” para beneficiar a todos num futuro ao alcance da mão mereceu o repúdio geral. E esmaeceu a fé nos tecnocratas como gestores ideais da coisa pública (...) (Furtado, 1982, p. 58-59)

Segundo Ramos e Mendonça (2005) os estudos referentes a desigualdade na distribuição de renda no Brasil mostram que o país não pode ser considerado pobre:

(...) observando-se a distribuição acumulada dos países no mundo segundo a sua renda *per capita*, mais de 80% dos países apresentam um nível de renda inferior ao do Brasil, isto é, o Brasil encontra-se entre os 20% dos países mais ricos no mundo. Uma expressão cunhada recentemente, que retrata bem uma realidade de longa data, afirma que “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres” (...) (Ramos e Mendonça, 2005, p. 355)

Este paradoxo também é observado por Furtado (1982):

(...) o paradoxo está em que o Brasil não é a rigor um país pobre, vale dizer, impossibilitado de solucionar esse tipo de problema pelos próprios meios. Há vários anos já, Edmar Bacha nos chamava a atenção para o fato de que para eliminar o problema da miséria no Brasil, bastaria reduzir a participação na renda nacional dos 10 por cento mais ricos da população a um nível similar ao que se observa em certos países que têm uma renda per capita comparável a nossa, tais como a Coreia do Sul e Formosa (...) (Furtado, 1982, p. 61)

Analisando recentemente a desigualdade que existem entre a população mais rica e a mais pobre do país, Ramos e Mendonça (2005) demonstram que este tipo de problema permanece sem solução, pois quando analisaram o período que vai de 1960 a 1970 verificaram que apesar de ter ocorrido um crescimento da renda em 25%, esse foi mal distribuído, já que junto com este crescimento da renda ocorreu também um aumento acentuado do grau de desigualdade.

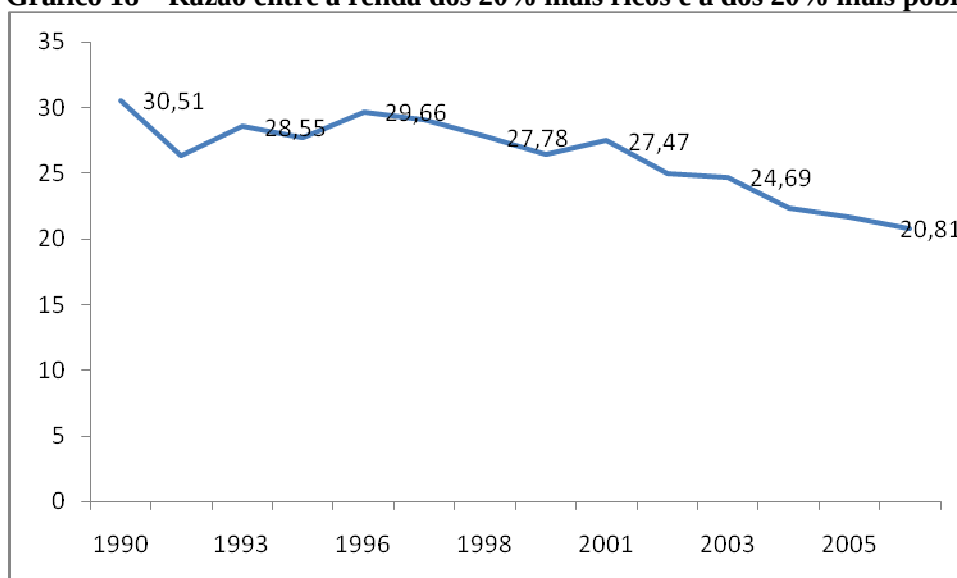
(...) os 10% mais ricos da distribuição foram aqueles que mais se beneficiaram do processo de crescimento, atingindo uma taxa de quase 4% a.a – o dobro da taxa de crescimento média nos anos 60 (...) os mais pobres, é verdade, cresceram menos e perderam participação na renda total, mas quem menos usufruiu do crescimento foram aqueles situados nos décimos centrais da distribuição, que em alguns casos chegaram até mesmo a sofrer reduções na renda média (...) (Ramos e Mendonça, 2005, p.365)

Na década de 1970, período do milagre econômico, tem-se um excepcional crescimento da renda em um percentual de 97% em paralelo a um pequeno aumento do grau

de desigualdade refletido pelo aumento do índice de Gini. Nos anos de 1980 a situação além de ser desigual foi marcada por um baixo crescimento da renda média. Seguido por um período de maior crescimento da renda e um ligeiro aumento da desigualdade em 1990.

Conforme o gráfico abaixo demonstra, a partir de 1999, considerando o Brasil como um todo, iniciou-se uma queda constante na razão que existe entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres. Embora o gráfico mostre que a desigualdade de renda permanece, ele apresenta um quadro positivo, pois de 1990 até 2006 está diferença que existe entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres caiu 9,7%, sendo que somente no período que vai de 2001 até 2006 esta queda foi de 6,6%.

Gráfico 18 – Razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Conforme relatório do PNUD (2004):

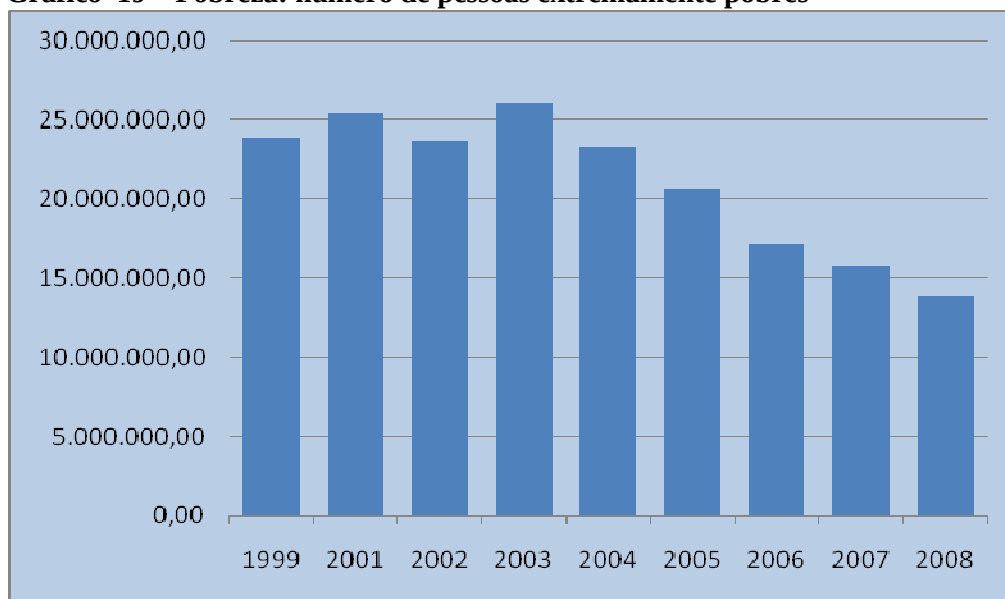
(...) Os mais pobres entre os pobres no Brasil estão no Nordeste. Nessa região, a desproporção entre a base e o topo da pirâmide social é ainda maior que no resto do País. Os dados mostram que, em 2002, os 20% mais pobres do Nordeste detinham uma parcela de renda (3,5%) ainda menor que o quinto mais pobre do Sudeste (4,7%). Ao mesmo tempo, a parcela da renda regional apropriada pelos 20% mais ricos no Nordeste (62,6%) era maior do que a dos seus pares do Sudeste (53,9%). As diferenças regionais se mostram evidentes quando se analisa a proporção de pessoas que vivem com uma renda equivalente a um quarto do salário mínimo. Em 2002, 5,2% dos habitantes do Sudeste estavam em situação de pobreza extrema ou de

indigência; no Nordeste, essa proporção era quase cinco vezes maior: 25,2% (...) (Relatório Nacional de Acompanhamento, 2004, p. 16)

Segundo Ramos e Mendonça (2005), embora a presença da desigualdade da distribuição de renda seja constante na história brasileira, entre 1980 a 2002 ocorreu uma diminuição da pobreza.

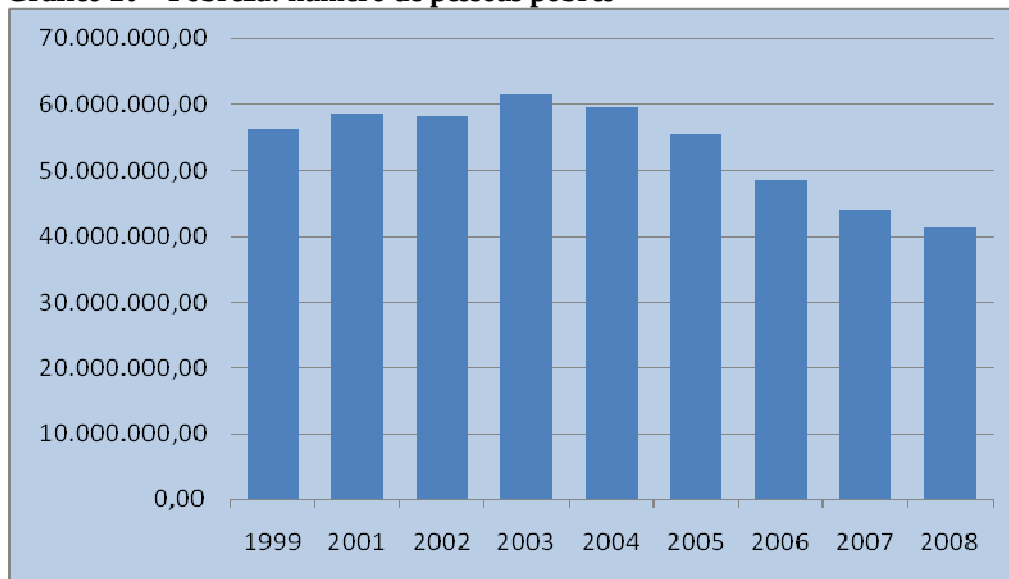
(...) tanto a pobreza como a extrema pobreza declinaram (...) o grau de pobreza declinou sete pontos percentuais, passando de 40% em 1981 para 33% em 2002. Não obstante, uma leitura mais crítica aponta para o fato de que, apesar de um crescimento desprezível da renda no período, em 2002 o Brasil ainda apresenta cerca de um terço de sua população vivendo em domicílios pobres. A redução na pobreza de sete pontos percentuais, observada nas duas décadas como um todo, se deu inteiramente na década de 1990, mas especificamente após a implantação do Plano Real em 1994. Ao contrário do observado durante a década de 1980, nos anos 90 não somente o crescimento da renda média foi maior (2,7%a.a), mas também foi mais bem distribuído, com o décimo mais pobre apresentando a maior taxa de crescimento da renda (...) (Ramos e Mendonça, 2005, p. 369-371)

Esta redução da pobreza que ocorreu inteiramente na década de 90, conforme Ramos e Mendonça (2005) observaram, também pode ser verificada quando analisamos os anos recentes. O gráfico abaixo mostra que em 2008 a população que vivia na extrema pobreza no país era menor do que 14 milhões, situação bem diferente da observada ainda em 2001, quando esta condição atingia ainda 25 milhões de brasileiros.

Gráfico 19 – Pobreza: número de pessoas extremamente pobres

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

O número de pessoas pobres também diminuiu consideravelmente nos últimos anos, sendo que a partir de 2003 esta queda foi gradual e constante.

Gráfico 20 – Pobreza: número de pessoas pobres

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Ramos e Mendonça (2005) explicam que a principal causa da desigualdade de renda no Brasil é a desigualdade entre os níveis de escolaridade dos brasileiros e segundo estudos, “a educação responde por cerca de dois terços de todas as fontes identificadas para explicar a desigualdade” (Ramos e Mendonça, 2005, p.372). Além disso,

(...) um aspecto da desigualdade que é particularmente importante é a desigualdade de oportunidades. A evidência empírica mostra que a educação dos filhos no Brasil é fortemente determinada pela educação dos pais. Esse efeito é expressivo em relação ao observado em países desenvolvidos e países com níveis de desenvolvimento semelhante ao do Brasil. Isso sugere a existência de uma elevada desigualdade de oportunidades no Brasil, na medida em que indivíduos com um ambiente familiar mais favorável em termos de escolaridade e renda têm melhores oportunidades de ascensão educacional que membros de famílias mais pobres (...) (Ferreira e Veloso, 2005, p. 395)

Para Ferreira e Veloso (2005), existem duas evidências empíricas que evidenciam que a educação afeta diretamente a desigualdade de renda no país, sendo uma delas a elevada desigualdade educacional da força de trabalho, e a outra, a elevada diferença de salários resultante de um ano a mais de estudo.

Furtado (1982) observa que:

(...) a escala de salários é, no Brasil, tão aberta que a renda dos assalariados apresenta um grau de concentração similar ao do conjunto da renda nacional. Seria de imaginar que essa concentração viesse a diminuir com o aumento de profissionais de nível superior, mas entre nós essa tendência é freada pelo poder corporatista, o qual opera como aliado do poder oligopolista na implantação de certo estilo de desenvolvimento. Dificilmente se encontrará um país com o nível de renda per capita do Brasil e/ou com a quantidade relativa de profissionais de nível superior em que a diferença entre o salário médio destes e o salário do trabalhador manual seja tão grande (...) (Furtado, 1982, p. 65)

Além dos fatores educacionais evidenciados pelos autores, conforme o PNUD (2004), outro fator que afeta diretamente a desigualdade de renda brasileira é a desigualdade de gênero e de raça que ainda permanece no Brasil.

A diferença nos rendimentos entre homens e mulheres e entre brancos e negros agrava a desigualdade de renda e exclui uma parte da população brasileira. Consequentemente, a discriminação refletida nos rendimentos desta população, torna mais difícil a ascensão desta na sociedade brasileira.

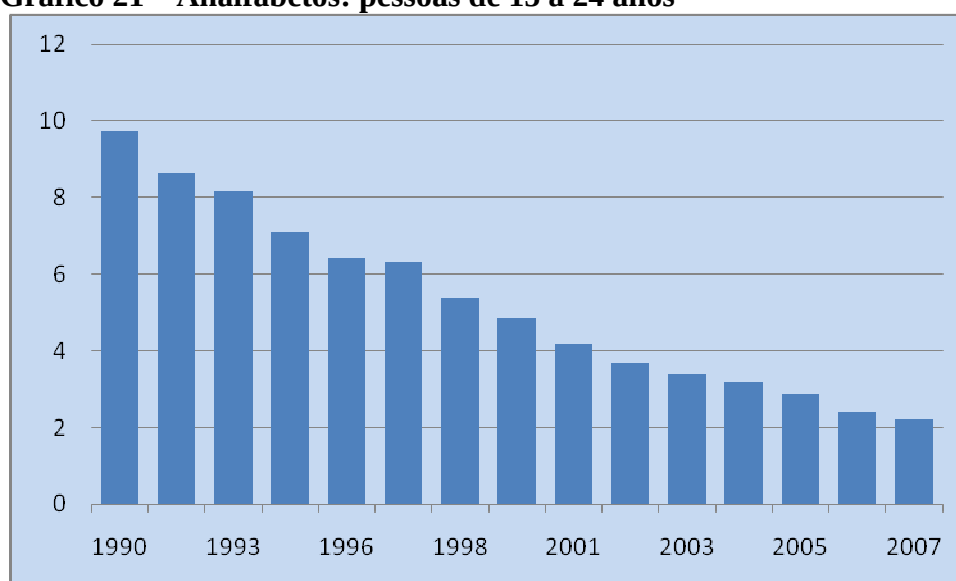
Tabela 5 - Rendimento-hora da população ocupada, por sexo, cor e número de anos de estudo - Brasil 2002

Brasil*	Rendimento-hora da população ocupada, por sexo (R\$)				
	Total	Número de anos de estudo			
		até 4	5 a 8	9 a 12	mais de 12
Total	3,90	2,00	2,60	4,00	11,70
Homem	4,20	2,10	2,90	4,70	14,50
Mulher	3,60	1,70	2,10	3,20	9,10
Rendimento-hora da população ocupada, por cor (R\$)					
Total	3,90	2,00	2,60	4,00	11,70
Branços	5,00	2,50	3,00	4,50	12,30
Pretos e Pardos	2,60	1,60	2,20	3,30	8,80

Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (2004)

Quando analisamos o número de pessoas analfabetas de 15 a 24 anos no país, verificamos que desde a década de 1990 este número caiu praticamente 8%, sendo que em 2007 havia apenas 2,21% de pessoas nesta faixa de idade analfabetas.

Gráfico 21 – Analfabetos: pessoas de 15 a 24 anos



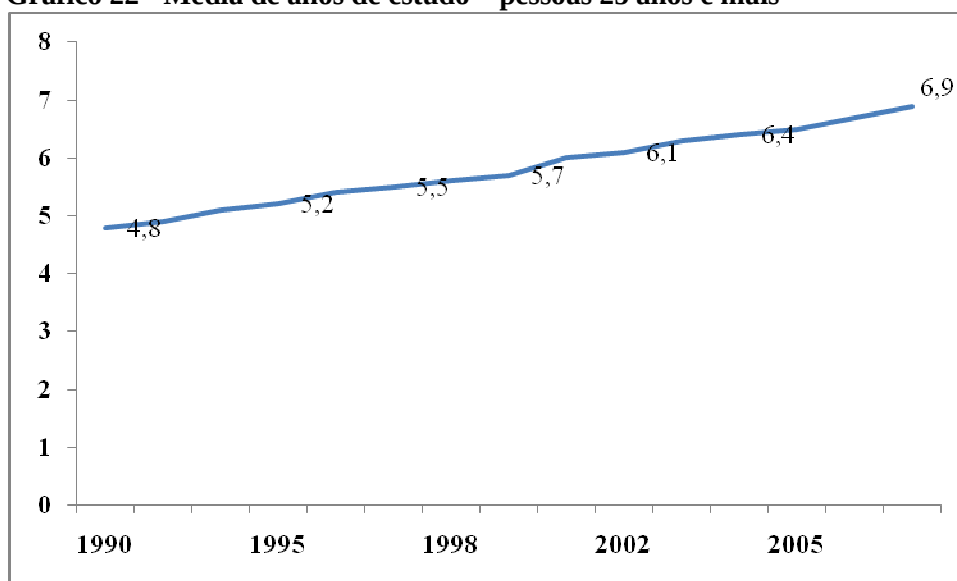
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

É importante também, fazer uma análise mais crítica da trajetória educacional do país. Ferreira e Veloso (2005), por exemplo, observam que embora a taxa de analfabetismo seja importante, não é suficiente para definir o grau de qualificação da população. Observando outros indicadores, fica evidente que existem problemas no sistema educacional brasileiro.

(...) a maior parcela da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil tem no máximo o Ensino Fundamental completo (78,2%), sendo que apenas 14,4% completaram algum ano do Ensino Médio. A parcela que cursou (sem necessariamente completar) o Ensino Superior é ainda menor, correspondendo a apenas 7,5% da população com 15 anos ou mais de idade. A média de estudos no Brasil é de apenas 4,9 anos. Esse nível de escolaridade é baixo não somente em relação ao observado em países desenvolvidos, mas também em relação a países em desenvolvimento, como Argentina, Chile e Costa Rica (...) (Ferreira e Veloso, 2005, p. 379)

Embora os resultados estatísticos sejam um pouco diferentes dos levantados por Ferreira e Veloso (2005), o PNUD (2004) mostra a mesma realidade evidenciada pelos autores. No Brasil a maioria da população completa o Ensino Fundamental, mas este número é relativamente inferior a parcela da população que completa o ensino médio e o ensino superior, sendo que a diferença percentual da taxa de frequência líquida entre os que frequentam o ensino fundamental e os que frequentam o ensino superior no país cai de 93,8% para 9,8%, ou seja, uma discrepância de quase 90%.

Entretanto os números mostram que a situação dos indicadores educacionais melhora a cada ano. Considerando a média de anos de estudo dos brasileiros, observamos que em 15 anos esta média teve um aumento de mais de dois anos. Ademais considerando o último relatório do Índice de Desenvolvimento Humano esta média alcançou 7,2 anos de estudo em 2010.

Gráfico 22 - Média de anos de estudo – pessoas 25 anos e mais

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Ferreira e Veloso (2005) também explicam que a trajetória e o cenário da educação no país melhoraram nos últimos anos, embora ainda existam falhas, como a baixa qualidade do aprendizado.

Eles mostram que a década de 1990 foi caracterizada por uma grande expansão do Ensino Médio, sendo que a matrícula neste, mais que dobrou entre 1990 e 2000, além disso, houve um grande aumento de matrículas também no Ensino Superior, ocorrendo um crescimento de 75% destas.

Estas melhorias, assim como as ressalvas a serem feitas, também são confirmadas no relatório do PNUD (2004):

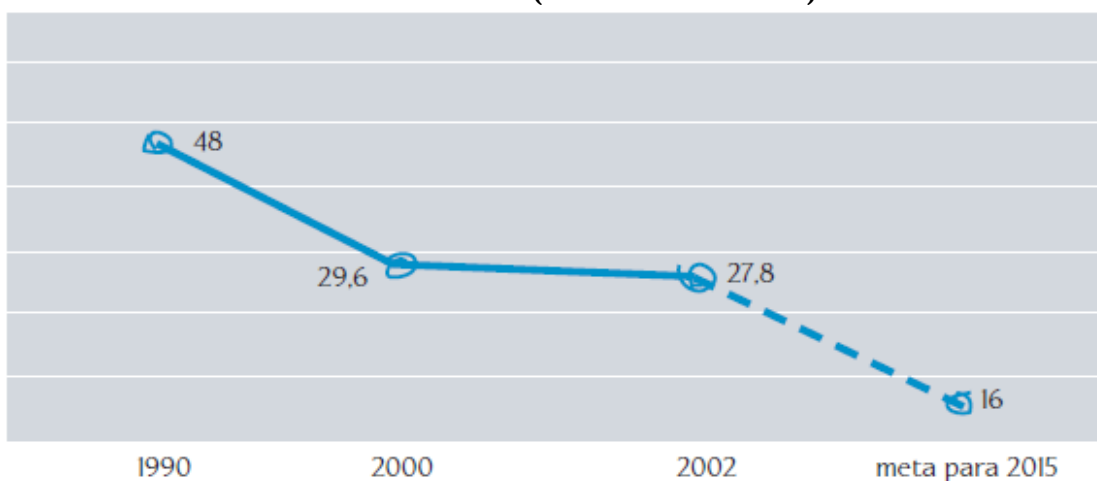
(...) o acesso da população à escola vem aumentando continuamente nos últimos anos no Brasil. Em 2002, quase todas as crianças de 7 a 10 anos estavam freqüentando as quatro primeiras séries do ensino fundamental (antigamente chamadas de primário). Porém, essa quase universalização não garante qualidade, devendo-se ressaltar que parcela expressiva dessas crianças termina a 4ª série sem ter sido alfabetizada adequadamente. De acordo com dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 2001, 59% dos alunos da 4ª série do ensino fundamental não desenvolveram competências elementares de leitura e 52% apresentavam profundas deficiências em Matemática. Já o analfabetismo entre os jovens de 15 a 24 anos, mesmo declinante, ainda alcança mais de 1 milhão de pessoas

nessa faixa etária. Outros indicadores também mostram taxas ainda muito elevadas de evasão e defasagem escolar, assim como significativas desigualdades regionais e entre sexo e cor (...) (Relatório Nacional de Acompanhamento, 2004, p. 24)

No âmbito das condições básicas de vida, o relatório do PNUD também mostra que houve uma relativa evolução dos indicadores no país:

(...) no período retratado, o declínio da mortalidade na infância reflete mudanças no campo demográfico e avanços nas condições de vida da população. Assim, por exemplo, o nível educacional geral aumentou e observou-se queda de taxa de fecundidade, de 2,9 para 2,3 filhos por mulher, entre 1991 e 2000. No âmbito das políticas de saúde, foi fundamental a ampliação da cobertura por vacinação e de outras medidas básicas de prevenção e tratamento das enfermidades, bem como de acesso a meios de saneamento (...) (Relatório Nacional de Acompanhamento, 2004, p. 46)

Gráfico 23 – Taxa de mortalidade infantil (a cada 1 mil nascidos)



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento (2004)

É possível notar que a diminuição tanto da Taxa de Mortalidade Infantil, que representa o número de óbitos de crianças menores de 1 ano, quanto da Taxa de mortalidade na Infância, esta refletindo o número de óbitos de crianças menores de 5 anos de idade, foi relativamente grande, tendo em vista que em 12 anos estas taxas diminuíram quase pela metade.

Gráfico 24 – Taxa de mortalidade na infância (a cada 1 mil nascidos)



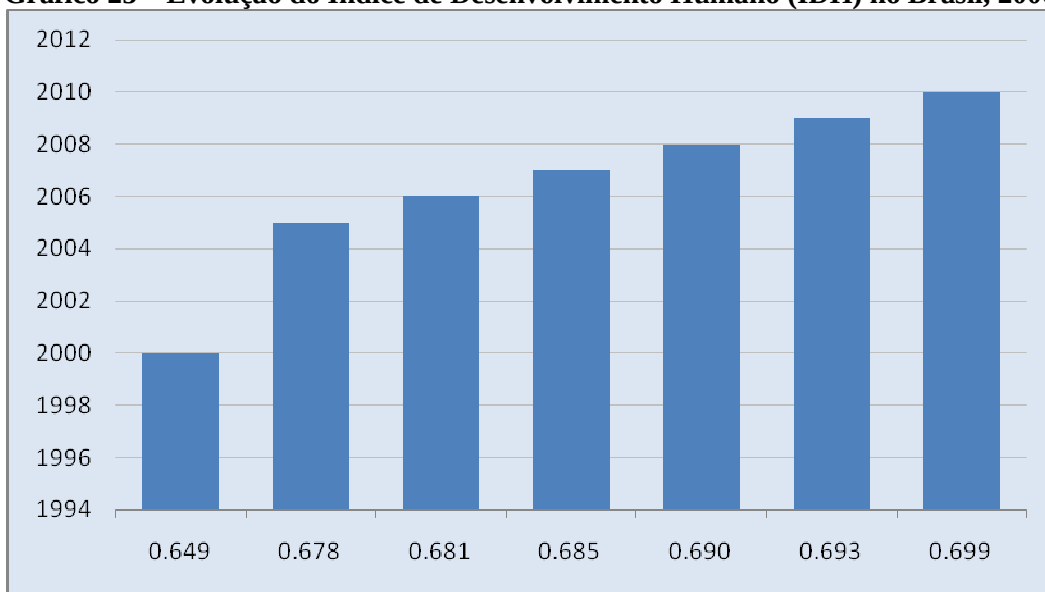
Esta melhoria nos indicadores está relacionada às políticas adotadas no âmbito da saúde a partir da década de 90:

(...) no período pós-Constituição de 1988, as políticas de saúde foram marcadas pelo esforço de dar efetividade aos direitos constitucionais de acesso universal e integral aos serviços de saúde. Tentou-se, com algum sucesso, organizar a rede de serviços, definir o papel de cada ente federado e garantir estabilidade de financiamento para as políticas de saúde, de modo a atender a esses direitos. No âmbito da extensão e da reorganização dos serviços de atenção básica de saúde, destacam-se os programas Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família, que têm como prioridade o atendimento à criança e à gestante (...) (Relatório Nacional de Acompanhamento, 2004, p. 54-55)

Mesmo assim, ainda segundo o PNUD (2004), é importante observar que a continuação desta redução da mortalidade infantil e da infância, depende e está fortemente relacionada com o combate aos óbitos por doenças infecciosas, e outros fatores relacionados à pobreza, tais como “a má condição nutricional das crianças e um ambiente não-saneado, especialmente nas regiões Norte e Nordeste” (Relatório Nacional de Acompanhamento, 2004,p. 48).

A melhoria dos indicadores sociais que refletem as condições da população brasileira também foi apresentada no último relatório do Índice de Desenvolvimento Humano. O IDH brasileiro, por exemplo, situa-se no ranking entre os países com desenvolvimento humano elevado.

Gráfico 25 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil, 2000-2010



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, 2010

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ^a	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita (PPC em USD de 2008)
73 Brasil	0,699	72,9	7,2	13,8	10,607

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010

Outro fator que é de grande importância na história recente do país foi à grande transformação política que ocorreu a partir de 1985. Segundo Nóbrega (2005) até o fim dos anos 80 o Brasil foi caracterizado por golpes políticos e um regime militar que privilegiava as elites econômicas, à classe média e os setores organizados dos trabalhadores à custa dos grupos politicamente excluídos, especialmente os pobres, a quem eram transferidos os custos da inflação.

Sendo que a democracia de massas surgiu no Brasil há pouco tempo,

(...) o Brasil começou a viver, em 1985, uma experiência democrática depois de uma conturbadíssima história marcada por golpes de Estado sucessivos

(1930, 1937, 1955, 1964). Mesmo o período em que eleições “normais” se realizaram, isto é, entre 1945 e 1964, foi caracterizado por crises institucionais, pelo suicídio de Vargas, pela renúncia de Jânio, pela deposição de Goulart e por tentativas de golpes e rebeliões contra o governo nas Forças Armadas (...) (Nóbrega, 2005, p.340)

Com a mudança pacífica do regime militar para o civil, o governo do presidente José Sarney conduziu uma transição bem-sucedida para a democracia. Os grupos politicamente excluídos agora se transformavam em atores políticos relevantes.

“Em 1989 com o comparecimento às urnas dos analfabetos e dos maiores de dezesseis anos, a democracia brasileira podia ser efetivamente classificada como uma democracia de massa” (Nóbrega, 2005, p. 327)

(...) um elemento caracterizador da democracia é a elevação do número de eleitores. Em 1960, quando ocorreram as últimas eleições livres antes do regime militar, o Brasil tinha 15,5 milhões de eleitores, representando apenas 43% da população adulta. Esse percentual tinha sido de apenas 35% dez anos antes. Nas eleições de 2004, o eleitorado saltou para 120 milhões de eleitores, ou 95% da população adulta. O salto se deveu às novas regras eleitorais estabelecidas por lei da época do governo Sarney e pela Constituição de 1988, que concederam o direito de voto dos analfabetos e reduziram a idade mínima para votar, de dezoito para dezesseis anos (...) (Nóbrega, 2005, p. 341)

Anos mais tarde, um fato histórico marcou efetivamente a presença da democracia de massas no Brasil: o *impeachment* do presidente Collor. Via-se pela primeira vez no país um chefe do governo ser tirado do poder sem que houvesse um golpe nas instituições. Não houve alterações nas regras estabelecidas, pelo contrário.

Além disso,

(...) agora, a maioria tem o poder de decisão pelo voto. A política econômica passou a ser conduzida com um olho no eleitor médio, o que introduziu a preocupação com a estabilidade. Guinadas populistas podem ser punidas com a queda de popularidade do governo e do presidente, ameaçando planos de reeleição do titular ou de eleição de quem ele apoiar para ser seu sucessor (...) (Nóbrega, 2005, p. 347)

Nóbrega (2005) enfatiza que mesmo com o notório avanço nas questões de cunho político, ainda são necessárias mudanças, tendo em vista o levantamento ilegal de fundos durante as eleições, a corrupção, ações irresponsáveis no Congresso como as propostas de aumento do salário mínimo incompatíveis com o Orçamento, assim como a concessão de aumentos salariais injustificados aos servidores do Congresso.

Em suma, analisando de maneira mais crítica é possível ver tanto grandes avanços como grandes desafios que o país ainda precisa enfrentar, além do que já foi exposto aqui, existem problemas como a carga tributária excessiva, como a legislação trabalhista que estabelece encargos também excessivos sobre a folha, gerando problemas como a informalidade, e por fim o necessário combate a violência presente em centros urbanos.

4. Brasil e China: uma comparação de trajetórias

Conforme exposto anteriormente, o principal objetivo deste estudo comparativo entre a China e o Brasil é analisar as principais políticas de desenvolvimento adotadas por ambos, além de comparar os distintos caminhos que esses dois países optaram a fim de alcançar um único objetivo: o desenvolvimento econômico. A idéia implícita era a de verificar em que medida esse processos convergem com as características apontadas pelo novo conceito de desenvolvimento econômico abordado por Amartya Sen em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”.

A partir dos fatos abordados nos capítulos dois e três, é possível analisar de forma mais clara os dois caminhos que cada país seguiu para alcançar o desenvolvimento econômico. O caminho que a China optou foi um processo de desenvolvimento “conduzido pelo custeio público”. Enquanto que no Brasil têm-se um processo “medido pelo crescimento”.

Estes dois tipos de processos “medidos pelo crescimento” e “conduzidos pelo custeio público”, foram introduzidos por Amartya Sen em coautoria com Jean Drèze no livro “*Hunger and public action*” publicado em 1989.

(...) fizemos distinção entre dois tipos de êxito (...) os quais denominamos respectivamente processos “medidos pelo crescimento” e “conduzidos pelo custeio público”. O primeiro processo funciona por meio de crescimento econômico rápido, e seu êxito depende de o processo de crescimento ter uma base ampla e ser economicamente abrangente (...), e também da utilização da maior prosperidade econômica na expansão de serviços sociais relevantes, como os serviços de saúde, educação e segurança social. Em contraste com o mecanismo mediado pelo crescimento, o processo conduzido pelo custeio público não opera por meio do crescimento econômico rápido, e sim por meio de um programa de hábil manutenção social dos serviços de saúde, educação e outras disposições relevantes. Esse processo é bem exemplificado por experiências econômicas como as de Sri Lanka, China Pré-reforma, (...), que apresentam reduções muito rápidas nas taxas de mortalidade e melhora das condições de vida sem grande crescimento econômico (...) (Sen, 1999, p.63)

Fica claro, assim, que os caminhos trilhados pela China e pelo Brasil para o desenvolvimento são distintos. Conforme abordado durante o trabalho, a China pré-reforma – período que antecede o forte crescimento atual do país - já tinha realizado grandes avanços em áreas sociais. “As condições de saúde na China também eram muito melhores (...) devido ao compromisso social do regime pré-reforma tanto com os serviços de saúde quanto com os de educação” (Sen, 1999, p.59).

Por outro lado, no Brasil têm-se um elevado crescimento em épocas como a do “milagre econômico” seguido por um período de instabilidade econômica, e somente após o retorno da estabilidade econômica é possível observar uma preocupação com as questões sociais.

Segundo Sen (1999),

(...) o processo conduzido pelo custeio público não espera até que ocorram elevações monumentais nos níveis da renda per capita; funciona dando-se prioridade à provisão de serviços sociais (particularmente serviços de saúde e educação básica) que reduzem a mortalidade e melhoram a qualidade de vida (...) (Sen, 1999, p.63-64)

Enquanto que o processo medido pelo crescimento:

(...) pode, em última análise, oferecer mais, uma vez que há mais privações – outras que não a morte prematura, a morbidez acentuada ou o analfabetismo – que são muito diretamente vinculadas aos baixos níveis de renda (como vestir-se e morar de modo inadequado). Decerto é melhor ter uma renda alta e grande longevidade (e outros indicadores clássicos da qualidade de vida) do que apenas esta última. Esse é um aspecto que vale a pena ressaltar, pois existe o perigo de ficarmos mais convencidos do que deveríamos com as estatísticas sobre a expectativa de vida e outros indicadores básicos da qualidade de vida (...) (Sen, 1999, p.65-66)

Sen (1999) faz uma distinção entre os países que adotam estes dois tipos de processos e utiliza para isto países como a China e o Brasil como exemplo. O autor explica que embora a China pré-reforma fosse cética em relação aos mercados, este ceticismo não foi observado no que diz respeito ao fornecimento de educação básica e amplo serviços de saúde para a sua população.

(...) quando adotou a orientação para o mercado em 1979, a China já contava com um povo altamente alfabetizado - em particular os jovens - e boas instalações escolares em grande parte do país. (...) uma população instruída desempenha um papel fundamental no aproveitamento das oportunidades econômicas oferecidas por um sistema de mercado propício (...) (Sen, 1999, p.59)

Além disso, ainda segundo Sen (1999),

Por diversas razões históricas, como a ênfase na educação elementar e na assistência básica à saúde, além da conclusão de reformas agrárias eficazes no início do processo, a ampla participação econômica foi mais fácil de obter em muitas das economias do Leste Asiático de um modo que não foi possível, digamos, no Brasil, Índia ou Paquistão, onde a criação de oportunidades sociais tem sido muito mais lenta, tornando-se assim uma barreira para o desenvolvimento econômico. A expansão de oportunidades sociais serviu para facilitar o desenvolvimento econômico com alto nível de emprego, criando também circunstâncias favoráveis para a redução das taxas de mortalidade e para o aumento da expectativa de vida. O contraste é nítido com outros países de crescimento elevado - como o Brasil - que apresentaram um crescimento do PNB per capita quase comparável, mas também têm uma longa história de grave desigualdade social, desemprego e descaso com o serviço público de saúde. As realidades dessas outras economias de crescimento elevado no que diz respeito à longevidade têm aparecido com lentidão bem maior (...) (Sen, 1999, p.62)

Embora Furtado (1990) não tenha utilizado o mesmo tipo de “processos para o desenvolvimento” para caracterizar os países em questão, a sua forma de delinear o desenvolvimento do Brasil e da China aproxima-se da abordada por Sen.

Furtado (1990) faz a seguinte observação sobre o Brasil, antes que fosse introduzida neste, questões sobre o desenvolvimento social e humano:

(...) a ninguém escapa que o considerável aumento de produtividade ocorrido no Brasil nos últimos quarenta anos operou consistentemente no sentido de concentrar os ativos em poucas mãos, enquanto grandes massas de população permaneciam destituídas do mínimo de equipamentos pessoal com que se valorizarem nos mercados. Como modificar o mecanismo que

conduz a essa perversa distribuição de ativos, ao nível das coisas e das habilitações pessoais, é a grande interrogação. Não cabe dúvida de que aí reside o fator decisivo na determinação da distribuição primária da renda. E das forças do mercado não se pode esperar senão que assegurem a reprodução dessa situação, e mesmo alimentem a tendência a sua agravação (...) (Furtado, 1990, p.17)

Segundo Furtado (1990) para que fosse evitada a reprodução desta situação era necessário que um país como o Brasil dedicasse ao fator humano parcela substancial de seu esforço de poupança, nem que isso significasse “conviver com taxas de crescimento mais baixas e / ou lograr redução significativa do consumo dos grupos de altas rendas durante período de tempo a ser determinado” (Furtado, 1990, p.18)

(...) O subdesenvolvimento, como o deus Janus, tanto olha para frente como para trás, não tem uma orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa (...) (Furtado, 1990, p.19)

A fim de mostrar uma forma de desenvolvimento diferente daquela observada no Brasil, Furtado (1990) esboça a trajetória chinesa:

(...) em certas regiões do mundo onde prevalecia um baixo nível de produtividade, no quadro de uma revolução social procurou-se eliminar ou evitar as taras do subdesenvolvimento. A China constitui certamente o exemplo mais conspícuo. O processo de modernização foi aí evitado, ou extirpado onde já havia deitado raiz. Assegurada a homogeneidade social, a acumulação foi canalizada para o desenvolvimento das forças produtivas, dentro de um planejamento estritamente centralizado. Uma tal política, para ser eficaz, supõe o isolamento do país de influências externas. Sua força e sua fraqueza decorrem de que ela opera com base em um sistema de decisões de extrema complexidade. Em uma primeira fase, quando o objetivo essencial consistiu em introduzir modificações estruturais no sistema produtivo, os resultados alcançados foram amplamente positivos. Tratava-se de instalar e operar projetos de grande viabilidade. Na medida em que essa etapa ia sendo superada, o problema mais importante passou a ser influenciar o comportamento de milhões de unidades produtivas, atingindo-as com

informações pertinentes, e estimular dezenas de milhões de agentes disseminados em vastas áreas. Mas a necessidade de descentralizar logo se fez imperativa, advindo a reconstituição de um sistema de preços, o retorno a relações de mercado, enfim a volta por meio oblíquos à concentração de renda. Para evitar o pleno retorno à heterogeneidade social foi necessário introduzir um estrito monitoramento da demanda final. (Furtado, 1990, p.12-13)

Esta descrição feita por Furtado (1990) sobre a história chinesa mostra claramente o primeiro momento em que o país permaneceu isolado, porém garantiu a homogeneidade social do país, independente do seu crescimento. Seguido do momento em que não era mais possível isolar o país do resto do mundo.

Ademais, Furtado (1990) encara a China como uma experiência de que “é possível satisfazer as necessidades básicas da população a partir de um nível de renda *per capita* comparativamente baixo” (Furtado, 1990, p.13).

Assim como aborda Sen (1990),

(...) o sucesso conduzido pelo custeio público realmente indica que um país não precisa esperar até vir a ser muito rico (durante o que pode ser um longo período de crescimento econômico) antes de lançar-se na rápida expansão da educação básica e dos serviços de saúde. A qualidade de vida pode ser em muito melhorada, a despeito dos baixos níveis de renda, mediante um programa adequado de serviços sociais. O fato de a educação e os serviços de saúde também serem produtivos para o aumento do crescimento econômico corrobora o argumento em favor de dar-se mais ênfase a essas disposições sociais nas economias pobres, sem ter de esperar “ficar rico” primeiro. O processo conduzido pelo custeio público é uma receita para a rápida realização de uma qualidade de vida melhor, e isso tem grande importância para as políticas, mas permanece em excelente argumento para passar-se daí a realização mais ampla que incluem o crescimento econômico e a elevação das características clássicas da qualidade de vida (...) (Sen, 1999, p.66)

Em contrapartida, a China apresenta também um fator que pode limitar o seu desenvolvimento humano: trata-se da ausência das liberdades individuais básicas (liberdade de expressão, organização, locomoção etc) e do profundo déficit democrático. Segundo Sen

(1999) esta questão é abordada com muita frequência em debates internacionais, e nestes surgem esferas que defendem os regimes autoritários. Uma dessas esferas encara a democracia como uma prioridade especificamente “ocidental” que contraria os “valores asiáticos”.

Conforme Sen (1990) a presença deste tipo de concepção que,

(...) o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China chegou a registrar formalmente a seguinte proposição, aparentemente aplicável à China e a outras partes da Ásia: “Os indivíduos têm de pôr os direitos do Estado antes dos seus próprios direitos” (...) (Sen, 1999, p.176)

Vale mais uma vez citar a observação de Shirk (2007):

(...) os líderes chineses utilizam o eufemismo “estabilidade social” para convencer o público chinês que o governo do Partido Comunista é essencial para manter a ordem e a prosperidade, e que sem ele um país tão grande quanto a China cairia na guerra civil e no caos. A democracia é uma impossibilidade em um país tão grande quanto a China, dizem os líderes (...) (Shirk, 2007, p.56)

Sen (1990) não concorda com este tipo de concepção para ele,

(...) a liberdade política e as liberdades civis são importantes por si mesmas, de modo direto; não é necessário justificá-las indiretamente com base em seus efeitos sobre a economia. Mesmo quando não falta segurança econômica adequada a pessoas sem liberdades políticas ou direitos civis, elas são privadas de liberdades importantes para conduzir suas vidas, sendo-lhes negada a oportunidade de participar de decisões cruciais concernentes a assuntos públicos. Essas privações restringem a vida social e a vida política, e devem ser consideradas repressivas mesmo sem acarretar outros males (como desastres econômicos). Como as liberdades políticas e civis são elementos constitutivos da liberdade humana, sua negação é, em sim, uma deficiência. Ao examinarmos o papel dos direitos humanos no desenvolvimento, precisamos levar em conta tanto a importância constitutiva quanto a importância instrumental dos direitos civis e liberdades políticas (...) (Sen, 1999, p.31)

Ademais, Sen (1990) adverte que,

(...) esse é um modo totalmente errado de ver a força das necessidades econômicas ou de compreender a relevância das liberdades políticas. As verdadeiras questões que têm se de ser abordadas residem em outra parte, e envolvem observar amplas inter-relações entre as liberdades políticas e a compreensão e satisfação de necessidades econômicas. As relações não são apenas instrumentais (as liberdades políticas podem ter o papel fundamental de fornecer incentivos e informações na solução de necessidades econômicas acentuadas), mas também construtivas. Nossa conceituação de necessidades econômicas depende crucialmente de discussões e debates públicos abertos, cuja garantia requer que se faça questão da liberdade política e de direitos civis básicos (...) (Sen, 1999, p.175)

Cabe ainda o discurso de que o autoritarismo funciona, tendo em vista os Estados como a China que apresentam ritmos de crescimento econômicos mais rápidos do que os Estados democráticos. Sobre o assunto Sen (1990) entende que

(...) não podemos realmente considerar o elevado crescimento econômico da China ou da Coréia do Sul na Ásia uma prova definitiva de que o autoritarismo é mais vantajoso para promover o crescimento econômico (...) na verdade, há poucas evidências gerais de que governo autoritário e supressão de direitos políticos e civis sejam realmente benéficos para incentivar o desenvolvimento econômico (...) (Sen, 1999, p.177)

Utilizando a abordagem de Furtado (1990) e a trajetória de ambos os países é possível tirar lições tanto da China como do Brasil. Mesmo que os dois tenham trilhado caminhos diferentes para alcançar o desenvolvimento econômico, conforme Furtado (1990):

(...) as experiências (...) nos ensinam que a homogeneização social é condição necessária, mas não suficiente para alcançar a superação do subdesenvolvimento. Segunda condição necessária é a criação de um sistema produtivo eficaz dotado de relativa autonomia tecnológica, o que requer: (a) descentralização de decisões que somente os mercados asseguram; (b) ação orientadora do Estado dentro de uma estratégia adrede concebida; e (c) exposição à concorrência internacional. Também aprendemos que para vencer a barreira do subdesenvolvimento não se necessita alcançar os altos níveis de renda por pessoa dos atuais países desenvolvidos (Furtado, 1990, p.15)

5. Conclusão

As trajetórias analisadas mostram que ambos os países estão distantes (embora o Brasil mais do que a China) do ideal de desenvolvimento proposto recentemente, conforme caracterizado no capítulo 1. Os caminhos podem ser distintos, mas tanto a China como o Brasil caminham para um desenvolvimento econômico, que não é baseado meramente no crescimento da renda nacional. Ainda existem questões a serem resolvidas, mas o balanço dos últimos anos para ambos os países é positivo.

Além disso, não se deve negligenciar a estabilidade e crescimento econômico que devem caminhar junto com o desenvolvimento social, já que “o impacto do crescimento econômico depende muito do modo como seus frutos são aproveitados” (Sen, 1999, p.61).

A China implantou políticas a fim de melhorias sociais antes do Brasil e os seus resultados atuais são consequência de uma longa trajetória. No Brasil esses tipos de política são mais recentes, mesmo assim os resultados em um período relativamente curto são muitas vezes melhores do que os resultados chineses.

É importante lembrar que a comparação entre estes dois países não foi feita a fim de concluir que país está correto ou errado. O principal objetivo foi mostrar o quão longe ou perto estão estes países do novo conceito de desenvolvimento econômico, afinal, conforme o próprio Amartya Sen adverte,

(...) quando nos encontramos nas liberdades ao avaliar o desenvolvimento não estamos sugerindo que existe algum “critério” de desenvolvimento único e preciso segundo o qual as diferentes experiências de desenvolvimento sempre podem ser comparadas e classificadas. Dada a heterogeneidade dos componentes distintos da liberdade, bem como a necessidade de levar em conta as diversas liberdades de diferentes pessoas, frequentemente haverá argumentos em direções contrárias. A motivação que fundamenta a abordagem do “desenvolvimento como liberdade” não consiste em ordenar todos os estados – ou todos os cenários alternativos – em uma “ordenação completa”, e sim em chamar a atenção para aspectos importantes do processo de desenvolvimento cada qual merecedor de nossa atenção. Mesmo depois de se atentar para isso, sem dúvida restarão diferenças em possíveis *rankings* globais, mas sua presença não prejudica o objetivo em questão.

Prejudicial seria negligenciar – o que com frequência ocorre na literatura sobre o desenvolvimento – preocupações crucialmente relevantes devido a uma falta de interesse pelas liberdades das pessoas envolvidas (...) (Sen, 1999, p.49-50)

Assim, é possível concluir que, embora existam algumas questões pendentes, o Brasil e a China avançaram, em ritmos e por meios distintos, em direção ao que o novo conceito de desenvolvimento econômico tem como princípio: fazer das liberdades políticas, das facilidades econômicas, das oportunidades sociais, das garantias de transparência e da segurança protetora os meios para o desenvolvimento econômico, e não meramente o seu fim.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, R. (2002). **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE-UNICAMP, 2002.
- CASTRO, L. (2005). Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: **Economia Brasileira Contemporânea** (et. al). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CENSO AGROPECUÁRIO (2006). **Agricultura Familiar: Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2006.
- FERREIRA, S. e VELOSO, F. (2005). A Escassez da Educação. In: **Economia Brasileira Contemporânea** (et. al). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- FURTADO, C. (1974). **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. (1982). **O Brasil pós-milagre**. Coleção ESTUDOS BRASILEIROS; v. 54. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FURTADO, C. (1990). **O Subdesenvolvimento Revisitado**. In: Revista do Instituto de Economia da UNICAMP: Economia e Sociedade, São Paulo, nº1, p.5-19, agosto de 1992.
- FURTADO, C. (2000). **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FLÔRES JR. R. (2003). O milagre chinês e o Brasil. In: Cadernos Adenauer IV, nº4, **Experiências asiáticas: modelo para o Brasil?** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, novembro 2003.
- FUJITA, E. (2003). Desafios e oportunidades para o Brasil. In: Cadernos Adenauer, ano IV, nº4, **Experiências asiáticas: modelo para o Brasil?** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, novembro 2003.
- GIAMBIAGI, F. (2005). Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: **Economia Brasileira Contemporânea** (et. al). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- HE, F. (2003). A Reforma econômica da China: estratégias, sucessos e desafios. In: Cadernos Adenauer IV, nº4, **Experiências asiáticas: modelo para o Brasil?** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, novembro 2003.
- HUMAN DEVELOPMENT REPORT CHINA 2007-2008: **Basic Public Services Benefiting 1.3 Billion Chinese People**. Beijing: China Translation and Publishing Corporation, November, 2008.
- IPEA (2008). **O crescimento econômico e a competitividade chinesa**. Texto para Discussão, nº 1.333, Rio de Janeiro, abril de 2008.

JAGUARIBE, H. (2008). China. In: **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI**: (2: Rio de Janeiro: 2008): O Brasil no mundo que vem aí. (Seminário: China – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008).

MEDEIROS, C. (2008). China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional. In: **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI**: (2: Rio de Janeiro: 2008): O Brasil no mundo que vem aí. (Seminário: China – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008).

NÓBREGA, M. (2005). **O futuro chegou: instituições e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

RAMOS, L. e MENDONÇA, R. (2005). Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil. In: **Economia Brasileira Contemporânea** (et. al). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. (2010). **A verdadeira riqueza das nações: Vias para o Desenvolvimento Humano**. USA: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010.

RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO. (2004). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Brasília: Ipea, 2004.

SACHS, I. (2004). **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, W. (2008). China e o Autocratismo Esclarecido. In: **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI**: (2: Rio de Janeiro: 2008): O Brasil no mundo que vem aí. (Seminário: China – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008).

SELDEN, M. (2008). **Desigualdade duradoura da China: revolução, reforma e política econômica do desenvolvimento**. In: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2008): O Brasil no mundo que vem aí. (Seminário: China – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008).

SEN, A. (1999). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIRK, S. **China – Fragile Superpower**. Oxford University Press, 2007.

VEIGA, J. (2005). **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WANG, S. (2008). China: Desafios e Perspectivas. In: **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI**: (2: Rio de Janeiro: 2008): O Brasil no mundo que vem aí. (Seminário: China – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008).